

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
Curitiba, v.29, n.01-02, p.1-50, janeiro/fevereiro 2007

SUMÁRIO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

SACHIKO ARAKI LIRA

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o
Desenvolvimento*

ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA NERY CIMBALISTA (*Pedagoga*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CRISTIANE BACHMANN (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

(*edição eletrônica*)

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento

Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: ipardes@ipardes.gov.br

*Permitida a reprodução total ou parcial desta
publicação, desde que citada a fonte.*

O PIB brasileiro de 2006 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Cenários econômicos pós-2006 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	4
Programa de aceleração do crescimento: o pedaço fiscal de uma estratégia <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
Câmbio, exportações e crescimento <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	12
Panorama internacional do trigo <i>Guilherme Amorim</i>	14
A indústria paranaense em 2006 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	16
O PAC e a infra-estrutura do Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	17
O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Curitiba segundo cor ou raça <i>Sachiko Araki Lira</i>	20
Paraná – Destaques Econômicos <i>Carolina Martins, Guilherme Amorim, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	26
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	32

O PIB brasileiro de 2006

Gilmar Mendes Lourenço*

A evolução de 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o exercício de 2006, formada em 2,4% pelo produto e 4,4% por impostos, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representou pouco mais da metade da expansão de 5,3% estimada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia mundial. Com esse resultado, o PIB do Brasil registrou crescimento médio anual de 2,3% entre 1996 e 2006, contra 4,0% da economia internacional, 2,7% nos quatro primeiros anos da gestão Lula, praticamente igual à intensidade verificada no primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1998, 2,6% a.a.), com variação de 2,1% a.a. entre 1999 e 2002.

A trajetória do sistema econômico do País em 2006 enfeixou, de forma antagônica, componentes de expansão e de retração. Dentre os fatores dinâmicos, emergiram o prosseguimento do alargamento da oferta de crédito, especialmente daquele em consignação (com desconto na folha de pagamento, principalmente de aposentados e pensionistas); a recuperação dos patamares de emprego; a subida dos rendimentos reais, ancorada nos reajustes do salário mínimo (SM); a extensão dos programas de transferência de renda; e o acréscimo da demanda externa, com desdobramentos positivos nas cotações das *commodities*. No conjunto dos elementos contracionistas, apareceram os impactos das cargas de juros e de tributos, do atraso cambial e da crise na agricultura sobre diferentes cadeias produtivas.

Pelo ângulo da demanda agregada, a marcha foi liderada pelo investimento (6,3%), seguido mais de longe pelo consumo das famílias (3,8%) e pelos gastos do governo (2,1%). As exportações cresceram 5,0% (contra 11,6% em 2005), e as importações, 18,1% (9,5% no ano anterior). Por uma ótica setorial, o PIB cresceu 3,2% na agropecuária, 3,0% na indústria e 2,4% em serviços.

O incremento da indústria foi puxado pelas atividades extrativas minerais (5,6%) e pela construção civil (4,5%). A expansão manufatureira foi impulsionada pelas categorias de bens de consumo duráveis (5,8%) e de capital (5,7%), com performances modestas de não-duráveis e semiduráveis de consumo (2,7%) e de intermediários (2,1%). Dentre os bens de consumo duráveis, coube destaque a eletrodomésticos (10,0%) e automóveis (5,1%), em razão da ampliação da absorção

pelo mercado interno, associada à já mencionada conjugação virtuosa entre maior disponibilidade de crédito e incremento da massa de salários (contingente empregado e remuneração real).

O desempenho de bens de capital esteve apoiado essencialmente em equipamentos para informática (51,6%), em ramos ligados à infra-estrutura, como a produção de máquinas para geração e transmissão de energia elétrica (22,2%) e para a construção civil (8,2%), e em máquinas para outras finalidades industriais (5,3%). Porém, a categoria foi afetada negativamente pelo encolhimento das atividades de produção de máquinas agrícolas (-16,5%) e para transporte (-1,6%), em resposta aos constrangimentos ao funcionamento do setor rural.

O modesto crescimento da indústria de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis reproduziu a compressão da demanda reprimida por produtos básicos e a reduzida qualidade na geração de postos de trabalho no País

O moderado dinamismo de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis foi amparado por bebidas, indústrias farmacêuticas e edição e impressão, sendo que semiduráveis (basicamente confecções e calçados) registrou volume físico produzido 3,1% menor do que em 2005, reproduzindo padrões de consumo na direção da compressão da demanda reprimida por produtos básicos e, preponderantemente, a reduzida qualidade na geração de postos de trabalho no País.

Em linha semelhante, a performance medíocre da área de bens intermediários reflete o grau de saturação da capacidade produtiva da maioria das empresas e das condições ainda adversas à implementação de novos investimentos e/ou ao prolongado tempo de maturação dos projetos. Isso se torna especialmente verdadeiro ao

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação;* *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização.*

constatar-se que as importações físicas dessa categoria de uso industrial cresceram 15,7% em 2006, contra aumento de 3,3% em suas exportações. A exceção relevante residiu na produção de insumos para a construção civil, que cresceu 4,5% no ano em pauta.

Outros ramos ainda foram afetados positivamente pelo mercado externo de *commodities*, marcado por demanda e preços em ascensão, caso dos dedicados à extração de minério de ferro e petróleo e de frações da indústria de alimentos, como a de fabricação de açúcar. Ao mesmo, alguns segmentos acusaram pronunciado declínio nos níveis de produção – como madeira (-6,9%), vestuário (-5,0%) e outros produtos químicos (-0,9%) –, motivados pela perversa concatenação entre as distorções na competitividade da taxa de câmbio e a crise da agricultura.

O faturamento real do comércio varejista do País cresceu 6,2% em 2006, liderado por itens para escritório, informática e comunicação (30,1%) e para utilização pessoal e doméstica (17,1%), seguido de móveis e eletrodomésticos (10,3%), super e hipermercados (7,7%) e veículos e motos (7,3%). Ressalte-se que o avanço na

comercialização de produtos de informática pode ser imputado ao barateamento dos preços finais, por conta da isenção de PIS/COFINS para computadores de até R\$ 2.500,00 e da redução dos custos das importações em face da valorização do real.

Chama a atenção a queda contabilizada nas vendas de combustíveis e lubrificantes, ligada, de um extremo, ao colapso físico e financeiro do agronegócio e, de outro, aos ajustes nos níveis de consumo operados no varejo, provocados principalmente pela maior utilização de gás natural veicular (GNV) e pela disseminação da frota bicombustível.

Como se pode notar, o curso das atividades econômicas no Brasil em 2006 esteve atrelado à procura movida a crédito, à majoração pontual do investimento, ao aproveitamento do pedaço menos nobre do comércio internacional e, marginalmente, ao movimento dos patamares de emprego e de salários. Por certo, tal panorama restringe as chances de disseminação do crescimento para ramos com maiores efeitos multiplicadores dinâmicos, caso não ocorram alterações de vulto nos alicerces da política macroeconômica.

Cenários econômicos pós-2006

Gilmar Mendes Lourenço*

A discussão da rota provável da economia brasileira a partir do exercício de 2007 impõe uma breve caracterização das peculiaridades do desempenho macroeconômico do País no decorrer do ano de 2006, atestando flagrante fadiga do ajustamento praticado desde o início de 1999, que buscou prioritariamente o combate à inflação, e apenas circunstancialmente o crescimento econômico.

É correto admitir a hipótese de que o comportamento da atividade econômica no ano passado, tangenciado pelo calendário eleitoral, registrou discrepância quando confrontado com os períodos ligados a outros momentos da fase de pós-superação do autoritarismo militar prevalecente entre março de 1964 e março de 1985. Mais precisamente, as etapas eleitorais antecedentes foram marcadas por crises ou alterações estruturais expressivas como a reativação econômica com hiperinflação indexada em 1989; a desinflação e a intensificação da abertura em 1994; os efeitos da crise russa e o choque de juros em 1998; e o ataque contra o real acoplado ao risco Lula em 2002.

Por conseqüência, as fases imediatamente seguintes aos ciclos eleitorais foram marcadas por ajustes, como a recessão e o confisco de ativos financeiros em 1990, a desaceleração cobrada pelos impactos da crise mexicana e dos déficits comerciais em 1995, a contração produtiva com repique inflacionário derivada da mudança do regime cambial em 1999 e a recessão para a compra de confiança exigida do governo Lula pelos mercados financeiros durante o ano de 2003.

Mesmo tendo contabilizado desempenho econômico medíocre em 2006, em contrapartida à preservação da estabilidade de preços, dos elevados superávits fiscais primários e dos saldos positivos nas transações com o exterior – como requisitos oficiais à construção dos alicerces ao crescimento sustentado –, não existem indicações firmes de confirmação de um ambiente altamente positivo aos negócios de 2007 em diante.

Isso porque o País transportou para o presente ano um quadro de letargia econômica e a pecha de operar à margem do maior curso ascendente da economia mundial dos últimos 30 anos, em razão da intransigente manutenção da estratégia de valorização da taxa de câmbio, provocando rápida aceleração do *quantum* importado e redução do ritmo de expansão das quantidades exportadas.

Tal situação foi atestada pelo desempenho pífio do Produto Interno Bruto (PIB) e neutralizada parcialmente pelas condições externas ainda positivas, principalmente a continuidade do crescimento da demanda dos parceiros comerciais do Brasil, a elevação dos preços das *commodities* de exportação (e, por extensão, a melhora das relações de troca) e a enorme liquidez e o reduzido custo do crédito externo de médio e longo prazos, que inclusive minimizaram os riscos de vulnerabilidade financeira externa do País. O PIB brasileiro cresceu 2,7% ao ano entre 2003 e 2006, contra média de 5,3% ao ano da economia mundial e de 7,1% dos demais países emergentes.

Além disso, houve a interferência positiva da elevação do valor real do salário mínimo (SM) e do acréscimo na oferta interna de crédito, sobretudo daquele consignado em operações para funcionários públicos ativos e inativos e aposentados e pensionistas do INSS. O crédito disponibilizado pelos intermediários financeiros ao setor privado brasileiro passou de 31,0% do PIB em 2005 para 34,0% do PIB em 2006, com forte presença das pessoas físicas, cujo volume emprestado elevou-se em 24,0%.

No que diz respeito especificamente à taxa de câmbio, é prudente observar o recuo da moeda norte-americana (dólar) do patamar médio de R\$ 3,10 em 2003 para R\$ 2,90 em 2004, R\$ 2,40 em 2005 e R\$ 2,20 em 2006.

O pior é que a expansão de 2006, além de incomparavelmente inferior à dos demais emergentes (7,6%) e à da América Latina (5,0%), foi bastante disforme. Por exemplo, embora tenha crescido quase 8,0%, puxada por café, cana-de-açúcar e pecuária, devido à impulsão combinada entre preço e demanda externa, a agropecuária amargou compressão da rentabilidade financeira da safra de grãos por problemas climáticos, cambiais e infra-estruturais.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

A construção civil, depois de vários anos de retração e/ou estagnação, respondeu positivamente aos estímulos provocados pelas alterações legais, pela criação de novos mecanismos financeiros e pelo relaxamento do garrote monetário mediante a ampliação da oferta de crédito e a diminuição dos juros. Porém, trata-se apenas de um passo na direção do atendimento à enorme demanda reprimida acumulada no transcorrer do prolongado período de estagnação.

Levantamento preparado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) aponta encolhimento da participação do PIB brasileiro na América Latina de 32,0% em 2002 para 30,0% em 2006. Em se tratando de América do Sul, a perda de importância recuou de 54,0% para 47,0% no mesmo intervalo.

Já a recuperação dos investimentos para um patamar próximo de 20,8% do PIB entre julho e setembro de 2006 – o maior nível desde os 20,9% do terceiro trimestre de 2004 – revela-se lenta e insuficiente para amparar taxas de incremento econômico de 5,0% ao ano, reflexo das expectativas negativas predominantes desde o começo dos anos 1980, e concentrada em iniciativas de reposição e modernização de linhas de produção privadas, desconectada de projetos de maior envergadura, principalmente na área de infra-estrutura.

Cumpra recordar que enquanto nos anos 1970 a formação bruta de capital fixo, próxima de 30,0% do PIB, foi sustentada por apreciáveis aportes de poupança externa, pela multiplicação dos regimes de previdência do setor público, pelos fundos parafiscais (principalmente FGTS) e pelo imposto inflacionário, nos anos 1980 a queda abissal da taxa de investimento para a média de 18,0% ao ano resultou da combinação entre falência do Estado, cessação dos fluxos financeiros voluntários externos e ambiente de hiperinflação.

Dos anos 1990 em diante, o retorno da opção por captação de recursos externos e o emprego do expediente de acréscimos na carga tributária tiveram como destino prioritário o financiamento dos dispêndios públicos, sacrificando os investimentos na órbita produtiva (pública e privada). O fardo tributário subiu de 29,3% do PIB em 1998 para cerca de 39,0% do PIB em 2006. Se forem acrescentados os 2,7% do PIB na forma de passivo novo, ou déficit público nominal, a drenagem de renda de empresas e famílias para o governo atingiu quase 42,0% do PIB em 2006.

Nesse panorama, qualquer reação mais acelerada da economia pode desembocar em esgotamento da utilização da capacidade instalada e pressões inflacionárias, superáveis em curto prazo apenas com os recursos de ampliação das importações e/ou das taxas de juros, com desdobramentos desfavoráveis nos níveis de atividade e no preço básico mais importante para a articulação comercial global (taxa de câmbio).

A taxa de câmbio está bastante enfraquecida também em razão das modificações estruturais provocadas pela maior inserção externa do País,

particularmente por empresas de mineração e siderurgia, que procuraram maximizar o emprego de capacidade produtiva para, em simultâneo, tirar proveito da reação dos preços internacionais e compensar o menor dinamismo da demanda doméstica.

Ressalte-se que a apreciação do real só não resultou em acentuada reprodução interna dos sintomas de desindustrialização (ou “doença holandesa”) devido à defesa, ainda que tardia por parte da autoridade monetária, de um piso para a taxa de câmbio próximo de R\$ 2,10, por meio da intensificação do procedimento de acumulação de reservas.

Porém, a despeito da ausência de paralelo entre o caso brasileiro e o bloqueio ao crescimento industrial resultante das descobertas de recursos naturais – tais como o ouro na Austrália no século 19 e as reservas de gás na Holanda nas décadas de 1960 e 1970 –, a sobreapreciação cambial produzida pela atual gestão econômica do País vem fragilizando o funcionamento exportador dos ramos têxtil, vestuário, calçados, móveis e madeira, sendo que alguns deles sofrem punições adicionais no mercado interno em face da concorrência direta imposta pelas importações procedentes dos países asiáticos, notadamente da China. Sem contar os impactos negativos no investimento de outros segmentos voltados à exportação de maior valor adicionado, como material de transporte e elétrico, máquinas e equipamentos e papel.

Contudo, o clima de manutenção da valorização da taxa de câmbio e dos juros e da carga tributária em níveis elevados e, conseqüentemente, de reduzidas taxas de retorno dos empreendimentos produtivos incitou a evasão de investimentos diretos do País. Entre janeiro de 2003 e outubro de 2006, as corporações internacionais venderam (a grupos privados nacionais) ou desmontaram negócios equivalentes a quase US\$ 19,0 bilhões no Brasil – 111,0% a mais dos US\$ 9,0 bilhões contabilizados entre 1999 e 2003.

A conjugação entre juros reais elevados e progressiva apreciação cambial constitui fator inibidor das decisões empresariais em renovação e ampliação de capacidade

Em suma, a conjugação entre juros reais elevados e progressiva apreciação cambial constitui fator inibidor das decisões empresariais em renovação e ampliação de capacidade, sendo as inversões mais vultosas concentradas na exploração de recursos naturais, como atividades extrativas, petróleo, gás, siderurgia, papel e celulose e sucroalcooleiras.

Na realidade, o calcanhar de Aquiles do investimento repousa no setor público, referência e mercado para o planejamento das corporações privadas, em virtude do seu elevado efeito multiplicador de demanda para frente e para trás e de produtividade

e retorno dos fatores produtivos, sendo responsável pelo congelamento do produto potencial do País. A participação do investimento do governo federal declinou de quase 1,0% do PIB no começo da década para 0,5% do PIB no triênio 2003-2006.

A insuficiência de inversões públicas deriva da rigidez orçamentária – ou do limitado poder de canalização de dispêndios de custeio para investimento, centrado na efetivação de gastos fixos com exígua margem de redução como salários e Previdência –, das transferências redistributivistas (constitucionais ou não) e dos encargos da dívida pública.

Estimativas da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB) revelam que os atuais investimentos em energia elétrica, transportes e comunicações corresponderiam à metade das necessidades (e no caso de saneamento, a terça parte), gerando insuficiência de inversões de cerca de US\$ 25,0 bilhões/ano.

Considerando os enormes riscos de redução acentuada da demanda agregada, associados à realização de cortes pronunciados e/ou menos criteriosos nos dispêndios públicos, parece razoável supor a existência de alternativas ao desatamento do nó do reduzido investimento, abarcando essencialmente a diminuição dos juros, a transferência dos haveres equivalentes dos superávits primários para novos investimentos e a retomada das privatizações, na forma de concessões ou de Parcerias Público-privadas (PPPs).

Outro inconveniente repousa na postura passiva do governo quanto à definição de marcos regulatórios setoriais confiáveis, estáveis e incentivadores dos projetos privados, e à explicitação, de forma transparente, dos elementos norteadores da gestão econômica. Na ausência disso, os agentes econômicos mantêm-se em compasso de espera no exercício de tomada de decisão para a efetivação de investimentos em segmentos de longa maturação temporal e de reduzido retorno, particularmente em infra-estrutura física e em insumos básicos, sendo alvo dos permanentes assédios do mercado líquido e seguro de aplicações dos excedentes financeiros em papéis de rolagem da dívida pública.

Não por acidente, cálculos realizados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pelo SERASA, a partir dos dados dos balanços de 1.338 empresas industriais, constaram rentabilidade inferior ao custo do capital em 2006, configurando o pior resultado em dez anos.

Em uma perspectiva de longo prazo, é preciso derrubar a retórica do caráter premente de uma segunda geração das correções microeconômicas e incorporá-la em definitivo em uma abrangente costura, politicamente negociada com os atores sociais, na direção da elevação da produtividade e do carregamento de um programa fiscal consistente. Aliás, houve iniciativas nada desprezíveis nessa direção desde o começo dos anos 1990, sem lograrem êxito na pavimentação do caminho do crescimento sustentado.

A recomposição das bases do regime fiscal deveria começar pela redução e simplificação tributária, aliviando as aplicações produtivas, passar pela limitação dos gastos, inclusive do judiciário e do Ministério Público, que, em muitas instâncias subnacionais, já ultrapassam as cifras alocadas em rubricas essenciais como saúde e segurança, e chegar às reformas trabalhista e da Previdência (cerca de 52,0% dos 87,0 milhões de pessoas ocupadas no Brasil não atuam como contribuintes para o regime previdenciário).

No que se refere aos tributos, é necessário articular, em definitivo, o lançamento de um novo arcabouço para o sistema, baseado em incidências sobre o valor agregado, em substituição aos gravames indiretos gerados por IPI, COFINS, ICMS, ISS etc. É preciso iniciar a construção de uma tendência de decréscimo progressivo da alíquota da CPMF, até a sua extinção, e da contribuição previdenciária na faixa dos menores rendimentos, o que ensejaria a queda da informalidade.

Trata-se do arremate a ser realizado para a promoção da recuperação da capacidade de crescimento econômico, sem o sacrifício da estabilização, ainda no período restante da presente década, depois do decênio perdido dos 1980, do primeiro ciclo de mudanças estruturais (incluindo a introdução de um padrão monetário estável) dos 1990, e da trajetória de redução da desigualdade dos últimos anos, induzida pelo fim da hiperinflação e pelo subjacente favorecimento à disseminação de estratégias de cunho social.

Simulações realizadas pelo IPEA permitem imputar a diminuição da desigualdade no Brasil nos anos recentes às transferências de renda (30,0% para Bolsa Família e benefícios de prestação permanente); aos progressos educacionais (20,0%); às majorações reais do SM (20,0%); ao declínio do hiato de geração de renda entre cidades, por porte e situação de domicílio (15,0%); e a outros fatores (15,0%).

O nó górdio ainda consiste na impulsão estrutural dos níveis de investimento e de produtividade em meio à provável prevalência da ausência de mecanismos adequados de financiamento das aplicações de longo prazo – em razão do aprisionamento do Banco Central (BC) ao cumprimento do regime de metas de inflação e aos requerimentos do mercado financeiro –, das restrições orçamentárias e da dilapidação do poder financeiro do Estado – e a conseqüente impulsão dos custos infra-estruturais e de investimento – e da insuficiência de capital próprio das empresas privadas para a implantação de projetos de ampliação de capacidade, devido, de um lado, à diminuição das disponibilidades associada à majoração da carga tributária e, de outro, à maior atratividade exercida pelas modalidades de aplicações de curto prazo. Estas são representadas por depósitos com liquidez diária, valorados pela taxa SELIC, âncora de um regime monetário responsável pelo financiamento da dívida pública mobiliária no *overnight*.

Ao mesmo tempo, não se deve perder de vista a formação de condições potenciais antagônicas nas frações do mercado doméstico. Isso porque, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o montante de renda e emprego dos trabalhadores que recebem até um salário mínimo aumentou 32,5% e 28,0%, respectivamente, entre 2001 e 2006. Em contrapartida, as mesmas variáveis acusaram declínio de 6,3% e 7,8%, respectivamente, no mesmo período, para a faixa entre 3 e 10 salários mínimos.

Já de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, mesmo a com queda da desigualdade, atestada pela diminuição dos rendimentos dos 10,0% mais ricos frente os dos 40,0% mais pobres da população de 21,2 vezes em 1995 para 15,8 vezes em 2005, a renda do contingente ocupado decresceu 12,7% em igual intervalo.

Enquanto o aumento do poder de compra das categorias de menores rendimentos decorreu da combinação entre os fenômenos preservação da estabilidade monetária, variações reais do SM e deflagração de iniciativas oficiais de transferência de renda, a compressão da renda líquida disponível das classes médias (localizadas na faixa de renda intermediária entre os 40,0% mais pobres e os 10,0% mais ricos) derivou da ausência de crescimento econômico (fora das áreas de exportações de reduzido valor agregado, menos exigente em qualificação de mão-de-obra) e da impulsão da tributação direta (especialmente com a não correção da tabela do Imposto de Renda).

A restauração do poder de compra do salário mínimo vem acontecendo desde 1995 (+44,0% entre 1995 e 2006) e ostenta grande poder distributivo por servir de piso ou indexador de benefícios previdenciários (que representam cerca de 12,0% do PIB e são formados por aposentadorias rurais e urbanas, programas para idosos e deficientes físicos, seguro-desemprego, abonos do PIS etc.) que pagam cerca de R\$ 80,0 bilhões/ano, consumindo mais de 20,0% dos dispêndios não-financeiros da União, contra 3,0% nos anos 1980, situando-se acima de qualquer parâmetro internacional e representando uma das bases do medíocre crescimento do PIB brasileiro.

Na verdade, trata-se de um contrato social centrado em “distribuição sem expansão”, concebido por ocasião da preparação da Constituição de 1988. Até então, o financiamento dessa agenda política era propiciado pela concatenação entre endividamento público e hiperinflação indexada. Depois da estabilização monetária, verificada a partir de 1994, a cobertura financeira dos dispêndios sociais e dos juros passou a exigir, respectivamente, a concretização de um curso ascendente de carga tributária e a produção de superávits fiscais primários.

Nesse sentido, o reajuste real do SM superior a 5,0%, passando de R\$ 350,0 para R\$ 380,0, baseado

em acordo realizado com sindicalistas, em lugar dos R\$ 367,0 propostos e defendidos pela área econômica do governo (Fazenda e Planejamento), acoplado à correção da tabela de Imposto de Renda em 4,5% para 2007, deve gerar despesas públicas adicionais superiores a R\$ 2,0 bilhões e comprometer as já estreitas margens de manobra para a elevação de poupança interna e a adoção de outras providências voltadas à desoneração tributária da iniciativa privada e ao incremento dos investimentos do setor público.

Ademais, segundo estimativas da MB Associados, os acréscimos do SM, dos gastos sociais e da massa de salários (rendimento médio vezes o contingente ocupado) devem injetar adicionalmente R\$ 21,2 bilhões em 2007 no sistema econômico contra R\$ 40,0 bilhões no exercício de 2006.

Frise-se que entre 2004 e 2006 o montante de renda oriunda de salários registrou acréscimo de 15,0% acima da inflação, em decorrência do arrefecimento da espiral de preços e das variações reais do SM, o que representou R\$ 78,0 bilhões adicionais ao aparelho econômico. Mesmo assim, a produção doméstica de itens de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis permaneceu estagnada ou decresceu em função da maior capacidade competitiva dos importados propiciada pelo câmbio baixo.

Por uma ótica global, é bastante provável a continuidade dos elementos de ativação econômica (ampliação da demanda, preservação das cotações elevadas das *commodities* e abundância de capitais, particularmente na direção dos emergentes), contrabalançando a desaceleração dos níveis de crescimento dos Estados Unidos (EUA), determinada pela rota descendente do mercado imobiliário, sobretudo das construções residenciais.

De um ponto de vista doméstico, vislumbram-se chances de restauração dos requisitos para o retorno da âncora agrícola, depois do colapso da rentabilidade física e financeira verificado entre 2004 e 2006, explicadas por fatores conjunturais e estruturais.

Pela vertente da macroconjuntura emergem a compressão dos custos de produção ocasionados pelo câmbio baixo, a elevação das cotações externas dos grãos e a redução dos estoques mundiais de milho e trigo. Avaliações do mercado dão conta de que a soja deve representar a *commodity* agrícola de melhor performance em 2007, com sua cotação devendo alcançar o maior nível dos últimos trinta anos, em face do plantio da menor área em uma década, motivado pela substituição da cultura por milho.

Pela trilha estrutural surgem os impactos positivos provocados pela disseminação das iniciativas voltadas ao aproveitamento dos biocombustíveis na matriz brasileira, particularmente o tradicional segmento sucroalcooleiro e o complexo soja para a produção de biodiesel, interferindo simultaneamente na dinâmica dos mercados de alimentos e de energia, inclusive com pressões altistas de preços nas atividades de industrialização de carnes.

A impulsão da taxa de investimento é condição essencial para o resgate da confiança plena dos agentes econômicos e da multiplicação de mercados do País

Por tudo isso, urge acelerar ações específicas e concatenadas visando à impulsão da taxa de investimento da economia brasileira, condição essencial para o resgate da confiança plena dos agentes econômicos e da multiplicação de mercados e, por extensão, para a construção dos alicerces de um novo ciclo expansivo que, ao estimular de forma saudável a elevação do coeficiente de importações, abriria flancos para a depreciação do real.

Para tanto, é lícito admitir o caráter imprescindível da efetivação de atitudes ofensivas dirigidas ao desenvolvimento de inovações e à difusão de tecnologias, ao incremento dos níveis educacionais e à diversificação e elevação de produtividade dos diferentes ramos da matriz industrial, de forma a romper a tendência de propagação da informalidade e de geração prioritária de empregos de reduzida qualificação.

A título de ilustração, menos de 8,0% da população considerada adulta (entre 25 e 64 anos) possui curso superior no Brasil, contra 13,0% no Chile, 24,0% nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento (OCDE) e 30,0% na Coreia do Sul. Não bastasse essa restrição, a evasão do Ensino Superior é de 49,0% no Brasil, contra 31,0% no México e 7,0% no Japão, por exemplo.

Ademais, a previsão de crescimento de 3,6% para o PIB brasileiro em 2007, efetuada por analistas de bancos e consultorias pesquisados pelo Banco Central, deve colocar o País pelo décimo segundo ano consecutivo abaixo da intensidade de expansão mundial. A propósito, desde 1996 o incremento da economia brasileira não consegue ultrapassar a metade da expansão mundial.

No terreno da competitividade, o Brasil permanece malposicionado nos diferentes *rankings* construídos por instituições internacionais. O País figura nas 43^a, 66^a e 121^a posições nas classificações montadas, respectivamente, pelo IMD World Competitiveness Yearbook, de Lausanne (painel de 42 países); pelo Global Competitiveness Report, do World Economic Forum, de Genebra (amostra de 125 nações); e pelo Doing Business of the Year, do Banco Mundial (175 economias investigadas).

Programa de aceleração do crescimento: o pedaço fiscal de uma estratégia

Gilmar Mendes Lourenço*

Desde o encerramento do segundo turno das eleições, o presidente Lula encomendou ao núcleo forte do governo (Casa Civil e Fazenda) a confecção de um “pacote” para destravar a economia. Supondo que o expediente de utilização de pacotes carregaria preocupações tópicas para a resolução de problemas imediatos, sem a ativação do farol de longo alcance, característico das condutas pró-retomada do crescimento, as autoridades acenaram com a existência de um deslanche de discussões e esforços rumo ao delineamento dos requisitos estruturais ao ingresso do País numa nova etapa expansiva. Na seqüência, seriam identificados as prioridades e os instrumentos a serem acionados e especificado o *timing* de implementação das prováveis ações para o cumprimento das metas estabelecidas.

Com isso, seria aniquilado o arranjo neoliberal implícito em Programas como o “Avança Brasil”, editado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC), composto por iniciativas selecionadas do Programa Plurianual (PPA), baseado nos Eixos de Desenvolvimento concebidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), centrados no encolhimento dos espaços de atuação estatal nos segmentos de capital social básico.

Nessa perspectiva, o enorme impacto provocado pela divulgação dos principais objetivos e do vasto elenco de medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por parte do presidente da República e seus ministros, reproduz o mérito de replantar o exercício de ativismo nas escolhas e estratégias públicas, por meio do restabelecimento do planejamento das inversões de longa maturação, sobretudo na área de infra-estrutura, e de tentar referenciar e induzir as decisões privadas em incremento de dispêndios em ativo fixo, inclusive de forma complementar ou em parceria com o Estado.

Segundo intervenção recente de economistas brasileiros em evento internacional, a nação ostenta “a quinta menor taxa de investimento público entre 44 países emergentes e desenvolvidos do mundo”¹. O Brasil estaria aplicando menos de 2,0% do Produto Interno Bruto (PIB) em infra-estrutura e equipamentos, contra 7,7% da Tailândia, 7,5% das Ilhas Maurício, 5,7% do Japão, 5,4% da Coreia e 4,6% da Turquia, os cinco primeiros do *ranking*. Entre os latino-americanos, as melhores colocações são ocupadas por México (3,8%) e Chile (2,7%).

No entanto, a derrubada da postura dissociada de sinalizações e compromissos mais adiante do panorama conjuntural e as inovações introduzidas, como a marcação de regras claras de reindexação e de reajuste real do salário mínimo (SM) e de limitação dos gastos com a folha dos servidores públicos – depois da conquista da estabilização da moeda e das contas externas e de aprimoramentos institucionais, como o crédito consignado com desconto em folha e as leis de falências e das micro e pequenas empresas (o SUPERSIMPLES) –, não retiram a natureza tímida e parcial do PAC.

Isso o incapacita de produzir taxas de investimento anuais próximas de 25,0% do PIB, promover a desejada inflexão na trajetória de estagnação e recolocar o aparelho produtivo do País em patamares de crescimento próximos de 5,0% ao ano. Estudo recente do BNDES estima subida do investimento dos atuais 20,0% para 22,2% do PIB, em caso de concretização plena das propostas contidas no PAC².

Vale considerar que o valor do SM e as despesas globais com o funcionalismo, nos três poderes, poderão experimentar variação real (deduzida a inflação) igual ao crescimento do PIB de dois anos antes e de 1,5%, respectivamente. Os indexadores empregados serão: o Índice Nacional Preços ao Consumidor (INPC), no caso do SM, por acompanhar a variação de preços da cesta de consumo que melhor reflete a deterioração do poder aquisitivo da população de baixa renda (com rendimentos entre um e oito salários mínimos); e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para a remuneração dos funcionários públicos.

Cumprir reconhecer que a iniciativa de explicitação de intenções de realização de um conjunto apreciável de investimentos em áreas prioritárias de infra-estrutura econômica (energia e transportes) e social (habitação e saneamento), nos próximos quatro anos, e de desoneração tributária de alguns itens de segmentos selecionados como estratégicos (informática, semicondutores, TV digital, perfis de aço, construção civil etc.) abrangeu apenas parte do alicerce fiscal de uma estratégia de desenvolvimento.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

O anúncio de investimentos em áreas prioritárias de infra-estrutura representa apenas parte do alicerce fiscal de uma estratégia de desenvolvimento

Especificamente, faltou mais ousadia na definição do tamanho do ajuste fiscal – especialmente no tocante à marcha de compressão das despesas públicas e à concretização de um novo arcabouço tributário (mais simplificado, progressivo e menos ancorado em impostos indiretos como ICMS, IPI, ISS, COFINS etc.) –, na designação dos mecanismos de formação de poupança pública (fortemente comprometida com o serviço da dívida interna, em sua maior proporção atrelado aos juros de curto prazo), e nas ações voltadas à construção e/ou ao reforço de marcos institucionais e regulatórios, à redução das taxas de juros, à devolução da competitividade da taxa de câmbio e à especificação de políticas tarifárias setoriais para o comércio exterior.

A título de exemplo da volatilidade das contas públicas, as despesas financeiras e previdenciárias, agregadas, representam mais de 16,0% do PIB, e os dispêndios correntes da União subiram de 10,0% do PIB em 1991 para cerca de 20,0% do PIB em 2007.

Lembre-se de que o desmonte dos entraves mencionados seria crucial para o estímulo à inversão privada e para o encaixe do Brasil em fase com a dinâmica comercial e financeira globalizada. Em grande medida, as cifras anunciadas, que perfazem R\$ 504,0 bilhões, incluem recursos orçamentários já previstos, além da compilação da programação de aplicações de grandes companhias estatais, não representando necessariamente acréscimo de haveres à carteira agregada de investimentos em aumento da capacidade produtiva do País.

Cerca de R\$ 68,0 bilhões configuram recursos do Orçamento da União (média de R\$ 16,5 bilhões por ano, montante pouco superior aos investimentos efetuados em 2006, correspondendo a menos de 1,0% do PIB), e os R\$ 436,0 bilhões restantes serão supridos primordialmente pelas estatais, sendo metade somente pela Petrobras.

Em outras palavras, é fácil perceber a substancial participação da poupança pública na cobertura do Programa, retratada no Fundo de Investimento em Infra-estrutura (crédito de R\$ 5,2 bilhões da União à Caixa Econômica Federal – CEF); na deflagração de linhas de financiamento, como a utilização da décima parte dos saldos nas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – podendo atingir de R\$ 5,0 bilhões a R\$ 16,0 bilhões –, impulsionadoras de crédito público para a construção civil, especificamente em saneamento e habitação; nas dotações orçamentárias; e nos planos de ampliação manifestados por empresas públicas.

A indústria da construção civil deve ser beneficiada também pela desoneração das edificações destinadas à ampliação do ativo fixo – por meio da recuperação acelerada dos créditos ou até da suspensão da cobrança de PIS e COFINS – e dos fundos de

investimentos em infra-estrutura, mediante a isenção do Imposto de Renda (IR) na fonte para pessoas físicas adquirentes de cotas.

Na visão oficial, a aplicação desses mecanismos teria o poder de arraste sobre o setor privado nacional, não havendo qualquer menção relevante ao interesse nas presenças dos capitais de risco e de empréstimo procedentes do exterior, dos aplicadores institucionais, como os fundos de pensão, e das Parcerias Público-privadas (PPPs) em ramos que exibem menor retorno econômico e maior multiplicador social.

De outro lado, como a renúncia fiscal projetada no PAC, em decorrência da desoneração (estimada em R\$ 18,1 bilhões em 2007 e 2008), poderá anteceder a recuperação dos requisitos ao crescimento sustentado, as providências propostas embutem riscos à preservação do equilíbrio das finanças públicas em curto prazo, a julgar pela insatisfação manifestada pelos governadores dos Estados.

A grita dos executivos da Federação recaiu sobre as prováveis perdas de receita dos haveres compartilhados entre União e unidades subnacionais (particularmente do IPI e do IR) e, o que é pior, a desconsideração de pleitos relevantes como a revisão das regras de ressarcimento dos prejuízos provocados pela Lei Kandir e o equacionamento da crise financeira do agronegócio, tratada apenas marginalmente no PAC.

Na reunião de Brasília, do dia 29 de janeiro de 2007, a pauta acordada por um grupo de onze governadores de cinco partidos centrava-se na obtenção de 20,0% da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF, que totalizou R\$ 32,0 bilhões em 2006) pelos estados e 10,0% pelos municípios, e na ampliação da participação desses entes no montante gerado pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE, cobrada sobre o consumo de combustíveis e que alcançou R\$ 7,8 bilhões em 2006), de 29,0% para 46,0%.

Apesar das respostas provisórias em contrário proferidas pelos ministros Mantega e Dilma, os pedidos devem ser colocados à mesa por ocasião dos acertos para a prorrogação dos prazos de vigência da CPMF e das Desvinculações das Receitas da União (DRU), estas últimas representando a fatia livre de 20,0% do orçamento.

A propósito disso, paradoxalmente, apesar das afirmações oficiais de inclusão universal dos pleitos manifestados pelos agentes econômicos, a formulação do PAC careceu de um debate mais amplo, pois qualquer programa fiscal no Brasil atual contemplaria os propósitos elencados, com foco pulverizado em segmentos específicos.

O que ficou ausente mesmo foi o “programa completo”, designando as âncoras monetária, cambial e de competitividade sistêmica (ciência e tecnologia, educação, burocracia, dentre outros ingredientes), as alianças estratégicas e o padrão de financiamento de um novo ciclo de resgate da capacidade de expansão de longo prazo do sistema econômico brasileiro, tal como aconteceu, por exemplo, nas eras Vargas (primeira metade dos anos 1950), Juscelino Kubitschek (segundo quinquênio dos 1950) e Geisel (1974-1978).

Como o crescimento econômico é resultado mais da maturação de estratégias consistentes e duradouras e menos de opções políticas, soa preocupante a não designação do papel a ser desempenhado no PAC por quatro entidades essenciais: o mercado de capitais, os aportes das instituições financeiras privadas, a eliminação da duplicidade de funções entre Banco do Brasil e CEF e os empréstimos com taxa de juros de longo prazo (TJLP) diferenciadas conforme o hiato entre retorno privado e social dos projetos.

Sintomaticamente, as agências de determinação do grau de risco dos países acusaram a timidez do PAC, sublinhando a fragilidade dos seus fundamentos fiscais (Merrill Lynch) e descartando a possibilidade de ocorrência de melhoria da classificação do Brasil (Moody's).

Por tudo isso, as bases financeiras frágeis tornam o PAC refém da geração de recursos derivada da suposta maior velocidade do incremento da atividade econômica e da elevação da envergadura do Programa Prioritário de Investimentos (PPI) de 0,2% para 0,5% do PIB, diminuindo a dimensão do superávit fiscal primário de 4,25% para 3,75% do PIB para a cobertura das dotações em infra-estrutura.

Adicionalmente, projeções da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) indicam necessidades de investimentos de quase R\$ 90,0 bilhões por ano para a superação dos estrangulamentos logísticos do País, sendo R\$ 17,0 bilhões (18,9%) em transportes, com o PAC atendendo a menos da metade dessa demanda.

O principal empecilho ao PAC vir a produzir efeitos mais encorpados sobre o ambiente de negócios do País repousa na predominância do conservadorismo fiscal e monetário da política macroeconômica

Contudo, o principal empecilho à capacidade de a execução do PAC vir a produzir efeitos mais encorpados sobre o ambiente e os níveis de negócios do País nos próximos anos – especialmente nas indústrias de bens de capital, de insumos básicos e de componentes, e em áreas de prestação de serviços – repousa na predominância do conservadorismo fiscal (receita federal) e

monetário (Banco Central – BC) na condução da política macroeconômica. O exemplo patético e prático disso foi a deliberação do Comitê de Política Monetária (COPOM), reduzindo as taxas de juros básicas em apenas 0,25 pontos percentuais na reunião de 24 de janeiro de 2007 (de 13,25% a.a. para 13,0% a.a.).

Por certo, apesar de tal procedimento corroborar o excesso de cautela antiinflacionária prevalecente em fração importante da equipe de governo, é oportuno destacar que em nada ajudou a atitude do ministro da Fazenda (Guido Mantega) quando, empolgado com a apresentação do Programa e valendo-se das previsões da pesquisa Focus, realizada pelo BC, lembrou (advertiu) o Presidente daquela instituição (Henrique Meirelles) que o mercado estaria esperando uma redução na taxa SELIC.

Nessas circunstâncias, se no referido encontro do COPOM a autoridade monetária promovesse um corte nos juros igual ou superior a meio ponto percentual, transmitiria (curiosamente) insegurança aos mercados, consubstanciada na percepção de fim de sua independência operacional dos demais entes da esfera econômica do executivo federal.

Logo, diante da necessidade de escapar desse tipo de constrangimento, o BC optou pela escolha convencional, o que – ao lado das restrições crônicas como reduzido retorno das atividades produtivas, mercado deprimido e falta de esquemas sólidos de financiamento e de garantia de segurança aos investidores – conflita com os princípios desenvolvimentistas sugeridos no PAC e reduz as possibilidades de transformação da poupança financeira em investimento produtivo e de rápida inclusão do Brasil no maior curso de crescimento da economia mundial das últimas três décadas.

Por fim, vários pedaços do Programa dependem de tramitação e aprovação no âmbito do novo Congresso Nacional – mais precisamente oito medidas provisórias que, até o final de fevereiro, receberam mais de 700 emendas –, o que exigirá do governo Lula criterioso esforço de negociação política, semelhante ao adotado na condução do processo de eleições à Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e na composição ministerial. Não por acaso, o Presidente optou por apresentar o PAC antes da organização definitiva da equipe de governo do começo do segundo mandato.

Notas

¹GOBETTI, Sérgio. Juro elevado e investimento baixo dificultam crescimento, diz estudo. **O Estado de S.Paulo**, 21 fev. 2007. *Economia & Negócios*, p.B1.

²POR que o PAC vai aumentar o investimento. **Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: BNDES, n. 24, p.1-8, 12 fev. 2007.

Câmbio, exportações e crescimento

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Confirmando as projeções oficiais, as exportações nacionais totalizaram US\$ 137,5 bilhões no ano de 2006, o que correspondeu a um aumento de 16,2% em relação ao exercício anterior, quando as receitas somaram US\$ 118,3 bilhões. Com o novo recorde das vendas externas, a balança comercial brasileira atingiu saldo positivo de US\$ 46,1 bilhões, acima dos US\$ 44,7 bilhões registrados em 2005, assegurando o quarto superávit anual consecutivo nas transações correntes e, conseqüentemente, a manutenção das sólidas condições do balanço de pagamentos.

Todavia, o volume físico das exportações apresentou incremento de apenas 3,3%, o pior resultado dos últimos dez anos, ficando muito abaixo do aumento de 12,4% dos preços das mercadorias destinadas ao mercado externo, o que comprova a preponderante contribuição da alta das cotações internacionais, principalmente das *commodities*, para a ampliação das divisas geradas pelo comércio exterior. Para ressaltar ainda mais a fraca performance da produção física exportada pelo País, o *quantum* das exportações mundiais cresceu 9,3% em 2006, variação superior à taxa de 7,1% anotada no ano de 2005, conforme estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), não deixando dúvida quanto à continuidade do elevado nível da demanda externa.

Em contrapartida, a ampliação de 24,2% das importações nacionais (de US\$ 73,6 bilhões em 2005 para US\$ 91,4 bilhões em 2006) foi determinada em grande medida pela evolução das quantidades adquiridas. No ano passado, segundo dados do IPARDES, o *quantum* das compras externas avançou 16,1%, ante uma elevação de 6,9% dos preços, indicando contribuição negativa do setor externo para o Produto Interno Bruto (PIB), dada a disparidade entre as variações dos volumes importados e exportados. De acordo com estimativas do mercado, sem a influência negativa das exportações líquidas, a economia brasileira poderia apresentar expansão de 4,5% em 2006, acima dos 2,8% projetados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o PIB total.¹

Por isso, são pertinentes as críticas à valorização da taxa de câmbio, que vem prejudicando o desempenho

de diversas atividades econômicas. No âmbito da indústria, entre os segmentos mais fortemente afetados pela apreciação da moeda nacional, sobressaem os ramos madeireiro, coureiro-calçadista e de vestuário, que registraram quedas pronunciadas na produção e no emprego em 2006 (tabela 1). Nos dois últimos casos, a desaceleração da atividade manufatureira refletiu principalmente o aumento da participação das importações no atendimento da demanda doméstica final, ao passo que na indústria madeireira a retração produtiva derivou sobremaneira do movimento descendente das quantidades destinadas ao mercado internacional, cujos impactos foram potencializados pelo elevado coeficiente setorial de exportação.²

Não por acaso, os preços dos insumos importados exercem influência pouco significativa sobre os custos de produção dos referidos segmentos, sendo predominante o peso dos preços internos, o que limita o aproveitamento da redução das cotações em reais dos bens intermediários produzidos no exterior e, conseqüentemente, amplia o comprometimento da competitividade nacional em um contexto de valorização cambial.

Por outro lado, alguns ramos industriais vêm apresentando consideráveis taxas de crescimento da produção, em função da apropriação das vantagens proporcionadas pelos menores preços dos componentes importados e da expansão do consumo interno de bens finais, revelando os efeitos da ascensão dos salários reais, propiciada pela trajetória altista da cotação da moeda brasileira. Entretanto, não obstante os argumentos técnico-acadêmicos acerca da relação positiva entre a elevação do emprego e a apreciação cambial em determinadas atividades manufatureiras, constata-se razoável diferença entre a evolução do volume físico industrial e a criação de postos de trabalho nos segmentos mais dinâmicos em termos de produção, como as indústrias de aparelhos elétricos e eletrônicos e de máquinas e equipamentos, o que sinaliza não somente aumento da eficiência econômica, mas também ganhos de valor adicionado não tão relevantes, por conta da ampliação das importações de insumos.

* Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - PRODUÇÃO FÍSICA, PESSOAL OCUPADO, QUANTIDADES EXPORTADAS E COEFICIENTES DE EXPORTAÇÃO DA INDÚSTRIA - BRASIL - 2006

ATIVIDADE INDUSTRIAL	VARIÇÃO (%)			COEFICIENTE DE EXPORTAÇÃO (%)
	Produção Industrial	Pessoal Ocupado	Quantum das Exportações	
Indústria geral	2,8	0,0	2,8	21,5
Indústria extrativa	7,4	1,1	13,9	55,8
Indústria de transformação	2,6	-0,1	1,3	18,8
Alimentos e bebidas	3,2	8,2	-3,0	24,2
Vestuário e acessórios	-5,0	-5,4	-26,5	5,0
Calçados e artigos de couro	-2,7	-13,0	4,1	41,8
Madeira	-6,9	-7,5	-7,2	39,3
Refino de petróleo e álcool	1,6	14,0	14,6	10,8
Minerais não-metálicos	2,6	-1,4	8,7	15,6
Metalurgia básica	2,9	2,0	5,3	31,3
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos e de comunicações	4,0	-6,3	-0,8	22,2
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicações	10,2	4,3	11,2	16,5
Fabricação de meios de transporte	1,4	2,6	-2,9	24,5

FONTES: IBGE, IPARDES

NOTA: O coeficiente de exportação corresponde à razão entre as vendas externas e o valor da produção industrial.

Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), o índice de *quantum* das importações nacionais de produtos intermediários avançou 15,6% no ano passado, variação que contrasta com o baixo crescimento de 2,1% da produção interna desses mesmos bens. Apresentando maior desequilíbrio, as quantidades referentes às aquisições externas de bens de consumo duráveis anotaram preocupante ampliação de 73,6%, enquanto a produção doméstica evoluiu 5,8%, resultando em uma expressiva elevação do coeficiente de penetração das importações, sem maiores reflexos expansionistas sobre a renda interna e com a manutenção dos níveis de utilização da capacidade instalada da indústria.

O problema está no fato de que uma alteração efetiva na política cambial, voltada à desvalorização do real e à subsequente permanência do câmbio em patamares competitivos, exige necessariamente medidas em áreas nas quais há pouca disposição de mudança pelo governo, consistindo particularmente em ações nas esferas fiscal e monetária. Nesse sentido, a despeito do espaço para a aceleração da queda dos juros no atual quadro macroeconômico, é certo que a redução das necessidades de financiamento do setor público pela via da contenção das despesas correntes estabeleceria melhores condições para a flexibilização da política monetária, em virtude da diminuição da emissão de títulos governamentais e do decorrente aumento de liquidez do sistema financeiro, o que restringiria o poder dos bancos na determinação da remuneração dos papéis públicos, tornando menos atrativas as aplicações atreladas à taxa básica de juros e, em consequência disso, contraindo o ingresso de recursos estrangeiros.

Ademais, a queda dos juros por meio de um maior controle fiscal diminuiria os custos financeiros das intervenções no mercado de câmbio, reduzindo o efeito expansionista da dívida pública gerado pela compra de dólares, operação que tem como contrapartida a emissão de títulos do governo. Com uma maior capacidade fiscal de atuação no mercado cambial e o declínio dos juros, seria possível reverter a atual tendência da taxa de câmbio real, que apresenta a maior valorização em relação ao dólar norte-americano no âmbito mundial nos últimos anos (tabela 2), assegurando condições mais favoráveis ao crescimento econômico, sem desconsiderar, obviamente, os eventuais impactos inflacionários de uma gradual depreciação da moeda nacional.

TABELA 2 - TAXAS DE CÂMBIO REAL E DE CRESCIMENTO DO PIB, SEGUNDO PAÍSES SELECIONADOS - 2005-2006

PAÍS	2005	2006
Brasil		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	78,7	86,6
Taxa de crescimento do PIB (%)	2,3	2,8
Chile		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	89,2	91,6
Taxa de crescimento do PIB (%)	6,3	5,2
China		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	97,3	96,0
Taxa de crescimento do PIB (%)	10,2	10,0
Coréia do Sul		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	86,2	91,0
Taxa de crescimento do PIB (%)	4,0	5,0
Índia		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	93,8	97,4
Taxa de crescimento do PIB (%)	8,5	8,3
México		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	92,9	96,9
Taxa de crescimento do PIB (%)	3,0	4,0
Rússia		
Taxa de câmbio real (índice: ano anterior = 100)	86,8	87,6
Taxa de crescimento do PIB (%)	6,4	6,5

FONTES: FMI, BCB, IBGE E IPEA

NOTA: O cálculo da taxa de câmbio real considera o índice de preços ao consumidor de cada país.

Notas

¹CANZIAN, Fernando. *Importação tira quase 2 pontos do PIB. Folha de S. Paulo, 4 fev. 2007. Dinheiro, p.B1.*

²O coeficiente de exportação corresponde à razão entre as vendas externas, convertidas em reais pela taxa média anual do câmbio, e o valor da produção industrial, levantado pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE. Para a estimação do valor da produção industrial em 2006 (os dados mais recentes da PIA referem-se ao exercício de 2004), foram utilizadas estatísticas de produção do IBGE (PIM-PF) e de preços da FGV (IPA-OG).

Panorama internacional do trigo

Guilherme Amorim*

Não existe cultura mais tradicional e carregada de significados históricos do que a do trigo. A dependência que o mercado brasileiro tem de importar a *commodity*, somada a uma relação usualmente conflituosa entre produtores, moinhos, indústria e governo, torna o trigo um assunto tão sensível quanto complexo.

O maior fornecedor do grão, da farinha e da pré-mistura ao Brasil é a Argentina. Estima-se que as compras de grão portenho atinjam um novo recorde em 2007: cerca de 5,2 milhões de toneladas, de um total de 8 milhões importadas. De acordo com levantamento da CONAB, a colheita brasileira na safra 2007, prejudicada pela estiagem no Paraná e no Rio Grande do Sul (os dois maiores produtores), será, com 2,23 milhões de toneladas, 54% inferior à do ano passado. O preço da tonelada do trigo paranaense está em média 30% superior em relação ao mesmo período do ano passado. A área plantada no Paraná ocupou 696 mil hectares. A Argentina também sofreu com a estiagem, mas as chuvas de outubro de 2006 salvaram a safra da província de Buenos Aires, responsável por 60% da produção do país. Os campos de Santa Fé e Córdoba aparentemente sofreram perdas maiores, e sua produtividade registra grandes oscilações.

Os produtores do leste da Europa, em especial os ucranianos, sofreram perdas pela ação de um fungo, e os australianos também foram vítimas da seca, que reduziu os estoques no mercado internacional a patamares inéditos. Não houve risco de desabastecimento na Europa, graças à expansão da produção na Turquia, que executa políticas públicas que violam tratados da Organização Mundial do Comércio (OMC), e na França. A produção global na safra 2006/07 deve ser 5% inferior à anterior. Nos últimos dez anos, mundialmente, a área plantada de soja cresceu 49%, e a do milho, 3%. A área plantada de trigo foi reduzida em 7% nesse período.

As melhores opções externas para complementar a demanda nacional, projetada em 10,4 milhões de toneladas pela CONAB, são EUA e Canadá. Os custos de importação do trigo da América do Norte são, entretanto, significativamente maiores que os custos do argentino, a começar pela cotação. A tonelada (FOB) do trigo estadunidense custava, em fevereiro, US\$ 215; a do canadense, US\$ 238. O argentino estava cotado a US\$ 190. Deve-se levar em conta, ainda, que a maior distância e os custos portuários fazem com que o frete

do trigo norte-americano seja US\$ 9 mais caro por tonelada e que a Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL para o trigo extra-bloco seja de 10%.

A flutuação nos preços internacionais não gera maiores impactos no Brasil, graças à estagnação da demanda interna (tabela 1), à valorização do real e à utilização, ainda que em pequena proporção, de produtos substitutos.

TABELA 1 - OFERTA E DEMANDA DE TRIGO - BRASIL - SAFRAS 2001/2002 A 2006/2007

SAFRA	PRODUÇÃO (em milhões de toneladas)	CONSUMO (em milhões de toneladas)
2001/2002	3,194	10,180
2002/2003	2,914	10,241
2003/2004	6,074	10,314
2004/2005	5,846	10,433
2005/2006	4,873	10,990
2006/2007	2,234	10,393

FONTE: CONAB

Dentro das regras da OMC, que limitam – ou tentam limitar – subsídios à agricultura, a iniciativa governamental mais importante no setor é o financiamento de pesquisas realizadas pela EMBRAPA Trigo. A oferta de linhas de financiamento para aquisição de máquinas agrícolas pelo BNDES e das cédulas de produto rural (CPRs) pelo Banco do Brasil são medidas que não se dirigem especificamente à triticultura, mas que tornam menos arriscado o investimento dos produtores nacionais. O modelo das CPRs tem auxiliado, predominantemente, a produção de café, carne bovina e soja, *commodities* que tradicionalmente têm espaço no mercado externo.

Um projeto de lei em trânsito no Senado prevê a adição compulsória de fécula de mandioca à farinha de trigo utilizada em produtos (massas, pães, biscoitos) da merenda escolar da rede pública, de presídios e do Exército. O projeto confere isenção de PIS e COFINS para os moinhos que utilizarem a fécula, mas ainda é prematura qualquer estimativa de queda de preços da

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

farinha de trigo resultante dessa imposição legal. Os produtores de mandioca certamente seriam beneficiados com a aprovação do projeto de lei – o Paraná responde por aproximadamente 65% da fécula produzida no Brasil.

O imbróglio tritícola entre Brasil e Argentina gira em torno da disputa entre moinhos brasileiros e argentinos pelo suprimento da indústria brasileira de alimentos, que convenientemente mantém distância de discussões públicas, e da imposição de tarifas de exportação sobre a farinha de trigo e a pré-mistura argentinas – medida antiinflacionária de eficácia discutível e aplicabilidade duvidosa. A cobrança de tarifas diferenciadas na exportação do grão (20%), da farinha e da pré-mistura (10%) funciona como proteção aos moinhos argentinos. Desde outubro de 2006, sobre a farinha e as pré-misturas de trigo passou a incidir a mesma tarifa. O Ministério da Economia da Argentina elevou a tarifa das pré-misturas, previamente de 5%, e reduziu a da farinha de trigo anteriormente de 20%. Embora insuficiente para equilibrar o campo de batalha entre moinhos brasileiros e argentinos, a medida ao menos acabou com a hipocrisia e as fraudes associadas às pré-misturas. Aproveitando a disparidade entre alíquotas, a farinha entrava no Brasil com uma discreta proporção de sal ou simplesmente embalada como pré-mistura.

O clamor dos moinhos brasileiros por restrições tarifárias à importação da farinha de trigo argentino não encontra, por enquanto, a simpatia do governo. Embora a disputa seja tema recorrente nas reuniões do Comitê de Monitoramento do Comércio Bilateral, tanto o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior quanto o Itamaraty sabem que a taxaço prejudicaria a indústria alimentícia brasileira e elevaria os custos de panificação no País. A despeito de ameaças de migração para a Argentina por parte de alguns moinhos, a turbulência política e os impactos da taxaço sobre os preços internos seriam piores. Deve-se levar em consideração, ainda, que parte dos moinhos dos dois lados da fronteira tem os mesmos controladores e que o setor tem sofrido crescente concentração. Qualquer iniciativa de proteção governamental, portanto, faria mais

sentido se voltada para os agricultores. Ampliação de crédito, securitização, respaldo técnico e, principalmente, infra-estrutura reduziriam a vulnerabilidade dos produtores e a dependência brasileira.

A perspectiva de expansão das áreas de cultivo de trigo no Brasil tem seu maior trunfo no desenvolvimento de novas sementes pela EMBRAPA. O alto nível das pesquisas foi fator preponderante da adaptação da cultura ao cerrado a partir da década de 1980. Lá, a produtividade média do trigo irrigado por alqueire alcança 4.200 quilos, e em áreas particularmente bem-sucedidas e com alto grau de mecanização chega a 7 mil quilos por alqueire. A mesma semente no Paraná tem produtividade média de 2 mil quilos por alqueire. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e sudoeste da Bahia têm se beneficiado das pesquisas do EMBRAPA, embora faltem produtores que se arrisquem em uma cultura desprovida de infra-estrutura específica para armazenagem e transporte, ao contrário das culturas do milho e da soja.

A abertura do mercado brasileiro de trigo e derivados a partir do final da década de 1980, quando a intervenção governamental se tornou custosa demais e a Rodada Uruguai do GATT estabeleceu normas para o comércio e para subsídios (ainda burladas, especialmente no Hemisfério Norte), exigiu mudanças drásticas na cadeia produtiva, que tornaram os preços mais voláteis. O crescimento do mercado de derivativos, a ação das *tradings*, as disputas na OMC sobre as regras do comércio agrícola e sobre a contumaz violação dessas regras e a competição no desenvolvimento de novas sementes e suas patentes sugerem que a cadeia do trigo tornou-se mais complexa e menos previsível. Uma guerra tarifária entre os governos brasileiro e argentino não estabilizaria esse quadro. Embora um arcabouço de regras claras e estáveis sobre tributação, subsídios, segurança sanitária e segurança ambiental seja imprescindível, o trigo sempre será vulnerável à incerteza climática. A superação ou, ao menos, a redução da dependência de importações de trigo é possível, mas a imprevisibilidade faz parte do jogo.

A indústria paranaense em 2006

Gilmar Mendes Lourenço*

Conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial paranaense declinou 1,6% em 2006, contra expansão de 2,8% registrada pelo parque fabril brasileiro (tabela 1). Trata-se do terceiro pior desempenho entre os treze estados pesquisados pelo IBGE, à frente apenas do Amazonas (-2,2%) e do Rio Grande do Sul (-2,0%).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS E BRASIL - 2006

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Amazonas	-2,2
Pará	14,2
Goiás	2,4
Ceará	8,2
Pernambuco	4,8
Bahia	3,2
Minas Gerais	4,5
Espírito Santo	7,6
Rio de Janeiro	1,9
São Paulo	3,2
Paraná	-1,6
Santa Catarina	0,2
Rio Grande do Sul	-2,0
BRASIL	2,8

FONTE: IBGE

A performance negativa da indústria regional foi influenciada decisivamente por veículos automotores (-20,5%), madeira (-12,7%), minerais não-metálicos (-4,8%) e química (-2,6%). A redução da produção de veículos decorreu dos impactos da transferência da linha do automóvel Fox Europa da Volkswagen, de São José dos Pinhais (Paraná) para São Bernardo do Campo (São Paulo), acontecida no segundo semestre de 2005, em atendimento à programação da companhia determinada por pressões e/ou negociações de natureza sindical. Frise-se que tal atitude foi revertida em 2006, devendo a empresa retomar a fabricação do modelo exportação no Paraná em meados de 2007.

Nos segmentos de madeira e minerais não-metálicos, o encolhimento experimentado deveu-se à mais que decenal instabilidade da construção civil,

particularmente das atividades pesadas vinculadas aos investimentos em infra-estrutura. No ramo madeireiro, o comportamento depressivo também resultou do câmbio não competitivo. Em química, o recuo pode ser imputado primordialmente à crise na agropecuária.

Em meio a esse ambiente pouco animador, emergiram os desempenhos positivos de borracha e plásticos (13,2%), edição e impressão (10,7%), bebidas (14,3%) e alimentos (5,8%), vinculados à recuperação da massa de salários e à ampliação da oferta de crédito, além do ciclo eleitoral, no caso das atividades de edição.

A propósito, a elevação dos rendimentos foi a grande responsável pela variação positiva de 6,6% das vendas industriais paranaenses em 2006, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), puxada por alimentos (25,0%). Ainda assim, o parque operante no Estado não alcançou no ano passado sequer os patamares de faturamento de 2002.

No fundo, o curso da indústria do Paraná em 2006 ainda reproduziu as circunstâncias de desaceleração verificadas desde a segunda metade de 2005, derivadas da conjugação entre queda de rendimento físico e financeiro do agronegócio, persistência do atraso cambial gerado pela gestão macroeconômica do País e decisões pontuais de empresas estratégicas sediadas no Estado.

Os desdobramentos da recuperação dos níveis de salário médios e de emprego, do acréscimo da disponibilidade de crédito, da redução de impostos para a cesta básica de insumos da construção civil, das obras de restauração da malha de rodovias estaduais, da superação dos problemas da febre aftosa e da reação da safra e das cotações dos produtos agrícolas podem representar um sinal de reversão desse movimento descendente, atestado pelo incremento de 4,7% da produção do parque manufatureiro estadual no quarto trimestre de 2006, contra 1,1% da média nacional, o melhor resultado disparado entre as unidades subnacionais.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação;* *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização.*

O PAC e a infra-estrutura do Paraná

Gilmar Mendes Lourenço*

É prematura qualquer tentativa de avaliação mais definitiva acerca dos impactos dos investimentos contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), editado pelo governo federal, sobre a economia paranaense, particularmente na área de infra-estrutura. Por enquanto, o que se conhece é o valor global de R\$ 37,5 bilhões previsto para aplicações em empreendimentos de manutenção e novas obras na Região Sul, anunciado pela ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, sem a explicitação dos cronogramas físicos e financeiros ou mesmo da procedência dos capitais de terceiros a serem empregados.

O Sul deve abocanhar 7,4% das cifras programadas para o País, à frente apenas do Centro-Oeste (4,8%). Se considerados somente os valores designados geograficamente, verifica-se que a Região Sul absorverá 11,6% dos recursos, superando a Centro-Oeste (7,4%), mas perdendo para Norte (15,7%), Nordeste (24,9%) e Sudeste (40,4%).

É imperioso reconhecer que qualquer diagnóstico da situação atual e o delineamento dos limites e possibilidades futuras dos elementos de infra-estrutura no território paranaense, e a conseqüente remoção das barreiras à recuperação, preservação e maximização das economias externas ao funcionamento do parque produtivo regional e à atração de novas atividades, deve levar em conta a disponibilidade de focos de excelência em energia e telecomunicações, em face, respectivamente, da indiscutível eficiência da estatal COPEL e do êxito das privatizações nas teles, evidenciado pela universalização e pelo barateamento dos serviços, associados ao acirramento da concorrência. Sobriam as restrições nada desprezíveis em todos os modais de transportes.

Uma incursão preliminar, quantitativa e qualitativa, permite perceber que o conteúdo do PAC atende de maneira bastante diminuta aos requerimentos de capital social básico do Estado, ao tencionar atacar somente alguns poucos estrangulamentos logísticos crônicos. As obras projetadas incluem a ampliação da pista de pouso e do terminal de cargas do aeroporto Afonso Pena, o aprimoramento e a modernização ferroviária, com a confecção de um novo curso para a ligação entre Guarapuava e Ponta Grossa – que possui pontos obsoletos que forçam a alteração da composição dos trens e elevam os custos de transporte –, e a montagem e recuperação de berços de atracação no Porto de Paranaguá.

Igualmente programadas encontram-se as obras de adequação e finalização do Contorno Rodoviário de Curitiba; a construção da segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, em Foz do Iguaçu; o financiamento da usina de energia de Mauá, na região norte; a ampliação da planta de Hbio (mistura de até 15,0% de óleo de soja no refino do petróleo) da Petrobras, em Araucária; e a concessão das rodovias federais, depois de retomados os processos de licitação, especificamente os trechos da BR-116, entre São Paulo e Curitiba, e da BR-376, entre Curitiba e Florianópolis.

Levantamentos preparados por entidades representativas dos agentes produtivos atuantes no Estado revelam a concentração dos gargalos no segmento de transportes

Em contrapartida, levantamentos preparados por entidades representativas dos agentes produtivos atuantes no Estado, como a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), revelam a concentração dos gargalos no segmento de transportes. Estimativas efetuadas pelo Sistema OCEPAR apontam requerimentos de investimentos de R\$ 6,274 bilhões para atendimento das prioridades no aprimoramento infra-estrutural do Paraná, sendo R\$ 4,274 bilhões (68,1%) em logística de transportes (tabela 1).

Por certo, a mitigação, neutralização e até superação do estado de degradação infra-estrutural contribuiria, de forma relevante, para a redução das despesas de distribuição do parque produtivo operante no Paraná, notadamente da fatia dedicada ao agronegócio da porteira para fora tanto das propriedades rurais quanto das plantas fabris.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

TABELA 1 - DEMANDA PARA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA NO PARANÁ

MODALIDADE/ESPECIFICAÇÃO	EXTENSÃO (km)	INVESTIMENTO ESTIMADO (em R\$ milhões)
Ferrovário		2.113,0
Guarapuava - Ipiranga	140	500,0
Cascavel - Guaíra	130	400,0
Curitiba - Paranaguá	110	450,0
Cascavel - Foz do Iguaçu	140	400,0
Contorno de Curitiba	32	120,0
Campo Mourão - Jussara	80	213,0
Terminal Frigorífico - Cascavel		30,0
Morretes - Pontal do Paraná		Não orçado
Rodoviário		1456,5
Conclusão do Anel de Curitiba		83,5
Término da duplicação da BR-116	60	76,7
Ligação BR-277 - Antonina	12	59,4
Conclusão da BR-487 - Estrada Boiadeira	100	200,0
Corredor Oeste-Sudoeste-Sul	591	30,5
Corredor do Cerne	132	105
Corredor Campo Mourão - Ponta Grossa	273	30,0
Corredor Divisa de São Paulo - Foz do Iguaçu	500	29,0
Corredor Divisa de São Paulo - Norte Pioneiro - Curitiba	363	25,0
Conclusão da BR-153 - Transbrasiliana	80	110,0
Recuperação da malha estadual		60,0 equipamentos
	2.800	50,0/manutenção/ano
Construção da 2.ª Ponte em Foz do Iguaçu		500,0
Acesso às sedes municipais	132	97,4
Aeroportuária		90,0
Afonso Pena		45,0
Regional do Oeste - Cascavel		45,0
Maringá		Não orçado
Portuária		645,0
Dragagem - Canal Galheta/ano		15,0
Ampliação do Cais Oeste - Paranaguá		180,0
Construção dos terminais de fertilizantes		50,0
Construção do Porto de Pontal do Paraná		400,0
Construção de Novo Silo - Paranaguá		Não orçado
ENERGÉTICA		2.000,0
TOTAL		5,8

FONTE: SETR/DER/APPA, Agentes de mercado

NOTA: Elaboração da Ocepar.

No campo ferroviário, emerge a premência de solução dos problemas do percurso entre Guarapuava e Ponta Grossa, sobretudo aqueles derivados de sua natureza sinuosa. As saídas técnicas incorporam a edificação de uma variante entre Guarapuava e Ipiranga (138 quilômetros, a um custo estimado de R\$ 500,0 milhões) ou a readequação do traçado compreendido entre Guarapuava e Irati (140 km) e a construção de nova estrada até Engenheiro Bley (Lapa, 102 km). Conforme a América Latina Logística (ALL), concessionária do trecho, a concretização do projeto deve propiciar a quintuplicação do volume de captação de cargas.

Ainda nesse item, aparecem as necessidades de efetivação de ligações entre Cascavel e Guaíra (130 km) e entre Campo Mourão e Jussara (80 km); de implantação de um novo trecho entre Curitiba e Paranaguá, com ramificações para Morretes e Pontal do Paraná; e de instalação do contorno ferroviário de Curitiba, visando à eliminação do tráfego de trens na área urbana da capital.

No componente rodoviário, afiguram-se adequados a restituição do controle das rodovias federais pedagiadas à União e a intensificação de esforços e de mobilização para o término do Anel de Curitiba (conclusão do Contorno Norte e restauração dos contornos Sul e Leste); o encerramento da duplicação da BR-116 (menos de 30 km no território paulista); e a execução de reparos e pavimentação de alguns pedaços da BR-153 (Transbrasiliana), desde o Norte Pioneiro (Jacarezinho) até o Médio Iguaçu (General Carneiro), na divisa com Santa Catarina. Ressalte-se que 80 km da BR-153, entre Tibagi e Alto Amparo, ainda carecem de pavimentação.

Especial atenção deve ser dispensada à Rodovia Boiadeira, ligando Campo Mourão a Mato Grosso; à conclusão das obras da BR-376, conectando Campo Mourão a Ponta Grossa, via Cândia de Abreu e Reserva; e à execução de melhorias na BR-476, no percurso entre Lapa e União da Vitória.

Podem ser definidas também como prioritárias as obras de ampliação, manutenção e restauração da malha estadual. É o caso da Estrada do Cerne (PR-090), articulação entre Curitiba e o Norte Velho – alternativa aos trechos alvos de cobrança de pedágio da Rodovia do Café – que, por sinal, foi incluída em programa do governo do Estado, amparado em recursos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e do tesouro, que devem totalizar R\$ 200,0 milhões no intervalo de tempo compreendido entre 2007 e 2010 e viabilizar o desvio de 16 das 27 praças de pedágios atualmente existentes. Cabe assinalar que entre 2003 e 2006 foram aplicados aproximadamente R\$ 1,0 bilhão na reparação dos eixos rodoviários estaduais.

Na fração aeroportuária, as ações de primeira grandeza devem abranger a construção da terceira pista do terminal Afonso Pena, permitindo a decolagem de aeronaves cargueiras de grande porte (diminuindo a perda de movimento para Viracopos em Campinas); a implantação de nova unidade no oeste, sediada em Cascavel; a ampliação e internacionalização do terminal de Maringá; e a criação de um ponto de cargas na região norte.

A par disso, na área portuária, os pleitos identificados repousam na dragagem do Canal da Galheta, na ampliação do cais e na construção de silos e terminais de fertilizantes em Paranaguá e na instalação do terminal de Pontal (a parte de maior profundidade da baía). Tais iniciativas devem ser precedidas ou ladeadas por uma reestruturação na administração portuária, em linha com os requisitos impostos por demandas e interesses interinstitucionais típicos de complexos ambientes de negócios.

Nessas circunstâncias, a maior envergadura das necessidades físicas e, por extensão, financeiras, constatadas na área de infra-estrutura *vis-à-vis* à carteira de investimentos cogitada pelo PAC – os levantamentos da OCEPAR permitem calcular que as inversões do Programa no Paraná (R\$ 1,579 bilhão) representariam 24,2% das carências infra-estruturais identificadas, ressalvadas as diferenças temporais –, conduz à

inferência de exíguas chances de devolução plena e/ou aprimoramento expressivo da competitividade infra-estrutural paranaense, comprimida desde a eclosão e proliferação do paradigma do “Estado Mínimo” na segunda metade da década de 1990. A esse respeito, Furtado defendia que “a construção do futuro tem que estar aberta à audácia, mas não se faz sobre a destruição do passado”¹.

Daí a urgência de desencadeamento de iniciativas conjuntas envolvendo lideranças políticas e empresariais do Estado, no sentido da efetivação de árduo exercício de pressão junto às instâncias decisórias e/ou de intermediação de interesses na esfera federal para a defesa de programas estratégicos ao desenvolvimento regional e a conquista de relevante cobertura financeira para os mesmos.

Nota

¹FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.123.

O mercado de trabalho na Região Metropolitana de Curitiba segundo cor ou raça

Sachiko Araki Lira*

Introdução

A revisão metodológica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) tornou possível realizar estudos sobre diversos temas de interesse sobre o mercado de trabalho. Um dos temas de grande importância é a inserção da população investigada no mercado de trabalho segundo cor ou raça. A PME segue o sistema de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em suas pesquisas domiciliares, isto é, o informante escolhe uma entre as cinco opções de cor ou raça fornecidas: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

O objetivo desta nota é fazer uma análise comparativa entre a população de pretos e pardos e a branca, utilizando os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego na Região Metropolitana de Curitiba¹ (RMC). Os indicadores aqui apresentados referem-se ao mês de setembro de 2006.

As populações classificadas como amarela ou indígena representaram apenas 0,3% do total das pessoas com dez anos e mais de idade (População em Idade Ativa – PIA), e em função da pouca representatividade não foram feitas afirmações sobre elas. Já as populações preta e parda foram agregadas num único grupo, que, segundo a PME, no mês de setembro de 2006 correspondia a 10,9% da PIA na RMC, e a de brancos, a 88,8%.

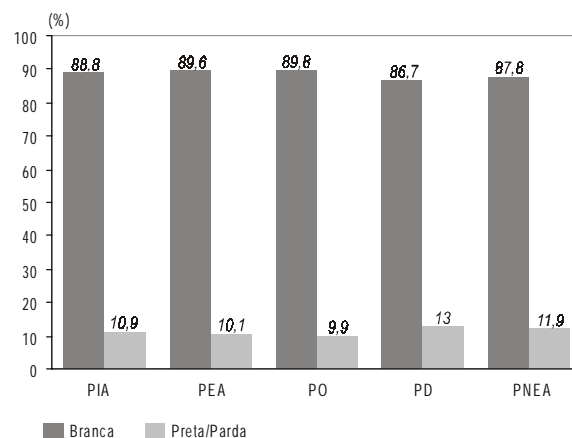
Condição no mercado de trabalho

Do total da PIA, estimado em 2.521 mil pessoas, em setembro de 2006, 88,8% compunha-se de brancos, e 10,9%, de pretos e pardos (gráfico 1). Considerando-se o total da População Ocupada (PO), estimada em 1.377 mil, 9,9% declarou-se preto ou pardo. Na População Não Economicamente Ativa (PNEA), estimada em 1.050 mil, os pretos e pardos representavam 11,9%. No total da População Desocupada (PD), estimada em 94 mil, as participações de pretos/pardos e brancos eram de 13,0% e 86,7%, respectivamente.

Características pessoais

No total da PIA², as mulheres constituíam a maior parcela, tanto pretas e pardas (50,5%) quanto brancas (52,7%). Com relação à idade, observou-se que a PIA preta/parda era ligeiramente mais jovem do que a branca (gráfico 2).

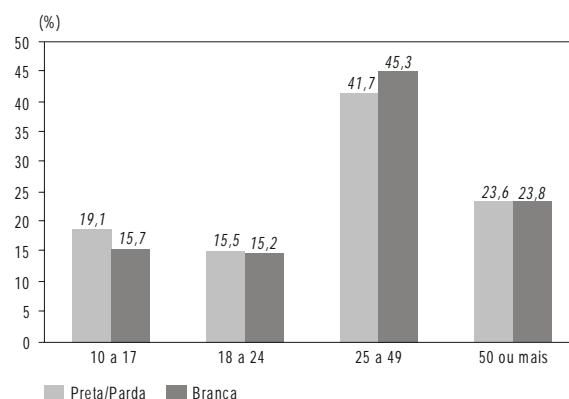
GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA, DESOCUPADA E NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006



FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: Os percentuais não totalizam 100% devido a não inclusão da população amarela e indígena.

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006



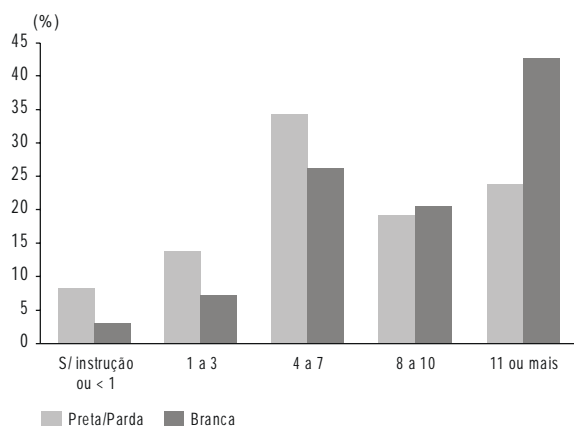
FONTE: PME-IPARDES/IBGE

A faixa etária entre 10 e 24 anos era composta de 34,6% da PIA preta e parda e 30,9% da branca. A faixa de 25 anos ou mais de idade compreendeu 65,3% da PIA preta e parda e 69,1% da branca, o que mostra proporcionalmente que a PIA preta/parda é ligeiramente mais jovem do que a branca.

*Estatística, Mestre em Métodos Numéricos em Engenharia e Doutoranda em Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR, pesquisadora do IPARDES.

Em relação à escolaridade, observou-se que os pretos e pardos possuíam menor escolaridade que os brancos, enquanto apenas 3,1% da PIA branca era sem instrução ou com menos de um ano de estudo, assim como os 8,3% da PIA preta e parda que se encontravam nessa mesma situação. Entretanto, 42,7% da PIA branca tinha 11 ou mais anos de estudo, e 23,9% da PIA preta e parda apresentava a mesma escolaridade (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO E COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006



FONTES: PME-IPARDES/IBGE

Características do trabalho

Em setembro de 2006, do total de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, 90,3% compunha-se de brancos, e 9,6%, de pretos ou pardos. A população branca era predominante, tanto no total de empregados sem carteira de trabalho assinada quanto no daqueles por conta própria, cujas participações eram, respectivamente, de 87,4% e 89,1%. O mesmo ocorreu entre os trabalhadores domésticos, sendo 87,2% brancos e 12,8% pretos ou pardos. O fato de a RMC ser uma região em que quase a totalidade de sua população é branca justifica a composição das categorias de ocupação. No entanto, observa-se que na primeira categoria a participação de brancos é bem maior do que nas demais, possuindo maior proteção legal e possivelmente melhores salários. A tabela 1 apresenta a distribuição da População Ocupada (PO) segundo cor ou raça e sua posição na ocupação.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO COR OU RAÇA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - SET 2006

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	POPULAÇÃO OCUPADA (%)	
	Preta e Parda	Branca
Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado	9,6	90,3
Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado	12,3	87,4
Conta própria	10,6	89,1
Trabalhadores domésticos	12,8	87,2

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

Considerando-se o grupamento de atividade, as participações dos pretos e pardos no total de cada grupo foram semelhantes. Destacam-se as participações na construção (16,0%) e em serviços domésticos (12,8%), superiores às dos demais grupamentos (tabela 2).

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA POR COR OU RAÇA, SEGUNDO GRUPAMENTO DE ATIVIDADES, NA RMC - SET 2006

GRUPAMENTO DE ATIVIDADES	POPULAÇÃO OCUPADA (%)	
	Preta e Parda	Branca
Indústria Extrativa, de Transformação, e de Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	9,4	90,4
Construção	16,0	83,8
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e de Objetos Pessoais e Domésticos	9,7	90,2
Serviços Prestados às Empresas, Intermediação Financeira e Atividades Imobiliárias	8,1	91,9
Educação, Saúde, Serviços Sociais	8,6	90,5
Serviços Domésticos	12,8	87,2
Outros Serviços	9,5	90,1

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

Outro indicador que chama a atenção refere-se à contribuição para a Previdência. Do total de trabalhadores por conta própria pretos e pardos, 11,7% contribuiu para a Previdência no mês de setembro de 2006; para os brancos, esse percentual foi de 20,4%. Considerando-se as categorias dos trabalhadores domésticos e empregados sem carteira de trabalho assinada, compostas por pretos e pardos, estas não apresentaram contribuição. No caso de brancos, para as duas categorias, os percentuais que contribuíram foram, respectivamente, de 5,8% e 4,5%.

Rendimento do trabalho

Em setembro de 2006, o rendimento médio habitualmente auferido pelos pretos e pardos foi de R\$ 677,85, ou 60,5% do rendimento médio dos brancos (R\$ 1.120,36). Essa proporção mantém-se no rendimento médio/hora, sendo que os pretos e pardos recebiam 60,8% do rendimento dos brancos. Os rendimentos foram de R\$ 4,22 para pretos e pardos e R\$ 6,94 para brancos, por hora.

É importante desagregar o rendimento segundo algumas características, sejam pessoais, sejam do trabalho, permitindo, assim, uma compreensão melhor do diferencial.

A tabela 3 mostra o rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal, da população ocupada branca e preta/parda, segundo anos de estudo.

TABELA 3 - RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO COR OU RAÇA E ANOS DE ESTUDO, NA RMC - SET 2006

ANOS DE ESTUDO	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	
	Preta e Parda	Branca
Sem instrução e menos de 1	391,81	460,93
1 a 3	490,21	548,83
4 a 7	523,45	640,70
8 a 10	648,74	732,04
11 ou Mais	907,58	1480,21

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

Verifica-se que os rendimentos médios auferidos pela população ocupada branca são maiores do que aqueles pela população preta e parda, principalmente para pessoas com 11 anos ou mais de estudo. O rendimento médio da população preta e parda (R\$ 907,58) é 61,3% do rendimento da população branca (R\$ 1.480,21).

Considerando-se a posição na ocupação, a maior diferença salarial observada foi a de trabalhadores por conta própria (tabela 4). O rendimento médio dos trabalhadores pretos e pardos (R\$ 588,29) correspondia praticamente à metade do auferido pelos brancos (R\$ 1.151,00) nessa categoria.

TABELA 4 - RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO COR OU RAÇA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - SET 2006

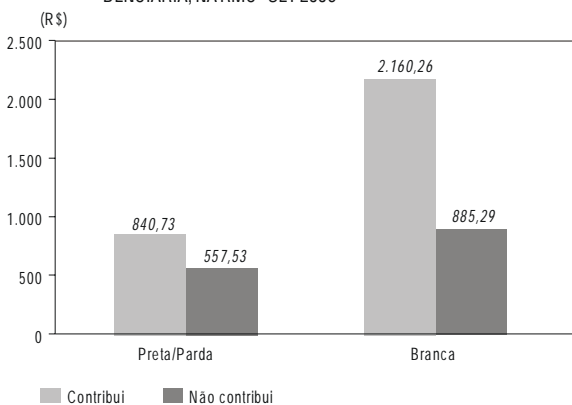
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	
	Preta e Parda	Branca
Empregado com carteira de trabalho assinada	676,92	987,55
Empregado sem carteira de trabalho assinada	475,85	769,25
Conta própria	588,29	1.151,00
Trabalhadores domésticos	371,01	391,26

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

A menor diferença ocorreu na categoria dos trabalhadores domésticos, em que os brancos (R\$ 391,26) tinham em média rendimento 5,5% maior do que os pretos e pardos (R\$ 371,01).

O gráfico 4 mostra o diferencial do rendimento médio dos trabalhadores por conta própria com ou sem contribuição para a previdência, entre pretos/pardos e brancos.

GRÁFICO 4 - RENDIMENTO MÉDIO REAL HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL PELOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO COR OU RAÇA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, NA RMC - SET 2006



FONTE: PME-IPARDES/IBGE

No tocante ao grupamento de atividades em que se encontravam ocupados, em todos eles os brancos registraram rendimentos mais elevados do que os pretos e pardos. A maior diferença foi observada no grupo educação, saúde, serviços sociais e administração pública, em que os pretos e pardos recebiam em média 47% do rendimento auferido pelos brancos. O menor diferencial foi observado em serviços domésticos, nos

quais o rendimento médio dos brancos era 5% maior do que o dos pretos e pardos (tabela 5).

TABELA 5 - RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO COR OU RAÇA E GRUPAMENTO DE ATIVIDADE, NA RMC - SET 2006

GRUPAMENTO DE ATIVIDADE	RENDIMENTO MÉDIO (R\$)	
	Preta e Parda	Branca
Indústria Extrativa, de Transformação, e de Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	618,20	1.088,22
Construção	738,76	919,19
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e de Objetos Pessoais e Domésticos	702,66	994,34
Serviços Prestados às Empresas, Intermediação Financeira e Atividades Imobiliárias	855,13	1.505,00
Educação, Saúde, Serviços Sociais, Adm. Pública	721,78	1.524,33
Serviços Domésticos	371,01	391,26
Outros Serviços	692,09	1.015,66

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

Verifica-se que o rendimento habitual dos pretos e pardos é menor do que o dos brancos, ainda que considerando o mesmo nível educacional, o mesmo grupamento de atividade ou a mesma posição na ocupação.

Características do domicílio

O número médio de moradores em domicílios cujo principal responsável era preto ou pardo foi de 3,7 pessoas, e para os domicílios com principal responsável branco, de 3,3 pessoas. Considerando-se o número médio de filhos, foi estimado em 1,6 e 1,4 filho para os domicílios com principal responsável preto ou pardo e branco, respectivamente.

Com relação ao rendimento domiciliar *per capita*, observou-se que, nos domicílios cujo principal responsável era preto ou pardo, a média era de R\$ 390,22, e naqueles em que o principal responsável era branco, R\$ 768,46 – ou seja, praticamente o dobro (197,0%).

Anexo

Coefficientes de variação das estimativas

Em se tratando de uma pesquisa por amostragem, não se deve ignorar o erro que é proveniente desse processo. A precisão associada às estimativas da PME são os coeficientes de variação (CV, em percentual) dos estimadores das informações de interesse, apresentados a seguir.

TABELA A.1 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS PARTICIPAÇÕES NA PIA, PEA, PO E PD, SEGUNDO COR OU RAÇA NO TOTAL DAS CATEGORIAS, NA RMC - SET 2006

COR OU RAÇA	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)				
	PIA	PEA	PO	PD	PNEA
Branca	0,9	0,9	0,9	2,1	1,2
Preta e Parda	7,5	7,8	7,9	14,0	8,6

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.2 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS PARTICIPAÇÕES DA PIA FEMININA, SEGUNDO COR OU RAÇA NA PIA FEMININA TOTAL, NA RMC - SET 2006

PIA FEMININA	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)
Branca	0,9
Preta e Parda	2,4

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.3 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DA DISTRIBUIÇÃO DA PIA, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006

COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	COR OU RAÇA	
	Preta e Parda	Branca
10 a 17 anos	6,3	2,9
18 a 24 anos	6,4	2,8
25 a 49 anos	3,3	1,4
50 anos ou mais	6,9	2,9

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.4 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DA DISTRIBUIÇÃO DA PIA, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO E COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006

COR OU RAÇA	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)				
	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 anos ou mais
Branca	7,9	5,4	2,7	2,8	2,9
Preta e Parda	12,4	9,3	5,2	6,7	7,1

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.5 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO COR OU RAÇA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - SET 2006

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Preta e Parda	Branca
Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado	9,7	1,0
Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado	12,2	1,7
Conta própria	10,6	1,3
Trabalhadores domésticos	17,3	2,5

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.6 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO COR OU RAÇA E GRUPAMENTO DE ATIVIDADES, NA RMC - SET 2006

GRUPAMENTO DE ATIVIDADES	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Preta e Parda	Branca
Indústria Extrativa, de Transformação, e de Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	11,4	1,2
Construção	14,6	2,8
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e de Objetos Pessoais e Domésticos	11,7	1,3
Serviços Prestados às Empresas, Intermediação Financeira e Atividades Imobiliárias	14,7	1,3
Educação, Saúde, Serviços Sociais	13,7	1,4
Serviços Domésticos	17,3	2,5
Outros Serviços	11,6	1,2

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.7 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO NÚMERO DE TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, DOMÉSTICOS E EMPREGADOS SEM CARTEIRA ASSINADA, COM CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA, SEGUNDO COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Preta e Parda	Branca
Conta própria	26,9	9,6
Trabalhadores domésticos	-	25,9
Empregados sem carteira assinada	-	24,4

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.8 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO PELAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO COR OU RAÇA, NA RMC - SET 2006

COR OU RAÇA	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Rendimento Médio Mensal	Rendimento Médio/Hora
Branco	4,3	4,2
Preto e Pardo	4,6	4,7

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.9 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DA ESTIMATIVA DO RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO COR OU RAÇA E ANOS DE ESTUDO, NA RMC - SET 2006

ANOS DE ESTUDO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Preta e Parda	Branca
Sem instrução e menos de 1	12,2	9,2
1 a 3	8,8	6,1
4 a 7	5,2	3,6
8 a 10	9,2	4,2
11 ou Mais	7,4	4,9

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.10 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO COR OU RAÇA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NA RMC - SET 2006

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (R\$)	
	Preta e Parda	Branca
Empregado com carteira de trabalho assinada	6,0	3,5
Empregado sem carteira de trabalho assinada	8,1	9,6
Conta própria	8,3	8,5
Trabalhadores domésticos	7,7	2,8

FONTES: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.11 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO PELOS TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA, SEGUNDO COR OU RAÇA E CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA, NA RMC - SET 2006

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Preta e Parda	Branca
Contribui	30,5	18,3
Não contribui	7,7	5,9

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.12 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO RENDIMENTO MÉDIO HABITUALMENTE RECEBIDO NO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO COR OU RAÇA E GRUPAMENTO DE ATIVIDADE, NA RMC - SET 2006

GRUPAMENTO DE ATIVIDADE	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Preta e Parda	Branca
Indústria Extrativa, de Transformação, e de Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	6,7	5,0
Construção	16,0	10,1
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e de Objetos Pessoais e Domésticos	8,9	5,0
Serviços Prestados às Empresas, Intermediação Financeira e Atividades Imobiliárias	14,9	9,8
Educação, Saúde, Serviços Sociais	10,2	9,3
Serviços Domésticos	7,7	2,8
Outros Serviços	11,4	4,2

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.13 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO NÚMERO MÉDIO DE MORADORES E DE FILHOS COM PRINCIPAL RESPONSÁVEL PRETO OU PARDO E BRANCO, NA RMC - SET 2006

PRINCIPAL RESPONSÁVEL	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Número de Moradores	Número Médio de Filhos
Branco	1,2	2,2
Preto ou Pardo	2,8	5,1

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

TABELA A.14 - COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DAS ESTIMATIVAS DO RENDIMENTO MÉDIO *PER CAPITA* E DOMICILIAR, COM PRINCIPAL RESPONSÁVEL PRETO OU PARDO E BRANCO, NA RMC - SET 2006

PRINCIPAL RESPONSÁVEL	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO (%)	
	Rendimento Médio <i>Per Capita</i>	Rendimento Médio Domiciliar
Branco	6,0	4,7
Preto ou Pardo	6,8	6,5

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

Notas

¹Na Região Metropolitana de Curitiba, a Pesquisa Mensal de Emprego é realizada pelo IPARDES, em parceria com o IBGE, desde 1999.

²Pessoas com dez anos ou mais de idade.

Paraná - Destaques Econômicos*

Guilherme Amorim**, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro***

AGROPECUÁRIA

Associação de produtores investe em orgânicos

A APROPAP, uma associação de 125 produtores de orgânicos de Cruzeiro do Oeste, será uma das representantes paranaenses na BIOFACH, a maior feira internacional de negócios relacionados a produtos do setor. A Associação produz frutas, café e algodão.

Como a fibra possui grande demanda no exterior, toda a produção é comercializada sem maiores dificuldades. Com relação à acerola, os produtores recebem cerca de 30% a mais do que receberiam pela fruta convencional. Este ano, a Associação investirá R\$ 700 mil para incorporar o processo de transformação da fruta em polpa, atualmente terceirizado.

CARNIERI, Helena. Orgânicos do Paraná vão à BIOFACH na Alemanha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 fev. 2007. p. 23.

AGROINDÚSTRIA

Cocamar aposta na produção de laranja

A Cocamar está financiando a aquisição de 510 mil novas mudas de laranjeira para os cooperados interessados. A fábrica de suco concentrado e congelado, localizada em Paranaíba, possui 290 cooperados com contrato de exclusividade de entrega, com uma área de 6,7 mil hectares plantados. A estes devem ser acrescentados 1,3 mil hectares com a participação de novos produtores.

A Cooperativa pretende processar em torno de 2,8 milhões de caixas, que equivalerão a 11,7 mil toneladas de suco de laranja.

LOPES, Fernando. Cocamar incentiva produção de laranja no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 dez. 2006. Empresas, p. B12.

Big Frango produz combustível para sua frota

A Big Frango, de Rolândia, investiu R\$ 3 milhões para fabricar combustível para sua frota a partir de resíduos da industrialização de frango. A usina é capaz de produzir 160 mil litros por dia. Para a utilização do produto em automóveis e caminhões, é necessária a mistura com gasolina ou óleo *diesel* na proporção de 50%. Em tratores, o produto é utilizado sem qualquer outro combustível. Os resíduos da produção – como glicerina e oleína – também são reaproveitados.

A empresa pretende ainda lucrar com a venda de créditos de carbono, provenientes da redução de emissão de CO₂ na atmosfera.

MAZZINI, Fernanda. Big Frango passa a produzir biodiesel. **Folha de Londrina**, 4 jan. 2007. p. 3.

Globoaves e Sadia retomam parceria

A Globoaves retomará a parceria com a Sadia, interrompida no início de 2006 em função da queda nas vendas causada pela gripe aviária. Com isso, a entrada da Tyson Foods no País deverá ser adiada – a multinacional norte-americana planejava uma *joint venture* com a Globoaves.

Neste novo contrato, a empresa de Cascavel prevê abates mensais de 190 mil aves, contra 150 mil no contrato passado, sendo que agora não há possibilidade de rescisão durante um período de 24 meses.

FÉLIX, Rosana. Sadia e Globoaves retomam parceria. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jan. 2007. p. 21.

ROCHA, Alda do Amaral. Sadia e Globoaves retomam parceria. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 jan. 2007. Empresas, p. B10.

Corol investe na industrialização da uva

Localizada em Rolândia, a Corol Cooperativa Agroindustrial iniciou seu processo de industrialização da uva para produção de suco concentrado.

A Corol, que processa laranjas desde 2001, investiu R\$ 3,5 milhões na instalação de novos equipamentos e na construção de

*Elaborado com informações disponíveis entre 01/12/2006 e 28/02/2007.

**Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

um prédio de 800 metros quadrados para o processamento das uvas. Também adquiriu uma câmara fria com capacidade para armazenar 330 mil litros de suco. O mercado interno deverá absorver completamente as 1,5 mil toneladas de suco de uva produzidas. Da produção de suco de laranja, 90% é exportada.

Duas espécies de uvas desenvolvidas e testadas pela Embrapa, a *Rúbia* e a *Concord*, estão sendo cultivadas na região.

COROL inicia produção de suco de uva concentrado. **Folha de Londrina**, 19 jan. 2007. Economia, p. 4.

ZANON, Erika. Corol otimiza produção de sucos. **Folha de Londrina**, 20 jan. 2007. Economia, p. 4.

ZANON, Erika. Uva precisa ter boa coloração e aroma típico. **Folha de Londrina**, 20 jan. 2007. Economia, p. 4.

Cocamar obtém aumento de 20% na produção

A Cooperativa Cocamar, localizada no noroeste do Estado, encerrou em dezembro do ano passado o processamento de laranja da safra 2006/07, alcançando 20% de aumento na produção com relação a 2005.

A Cocamar recebeu 2,886 milhões de caixas de laranja (com 40,8 quilos cada), das quais 70 mil foram comercializadas *in natura* – sendo 80% destinadas ao mercado externo. A maior parte da produção foi processada, gerando 11,54 mil toneladas de suco concentrado, sendo 90% desse volume exportado. Segundo a Cooperativa, o aumento na produção deve-se aos novos pomares, plantados entre 2001 e 2004 como parte do projeto da Cocamar de fomento à citricultura.

Em média, o suco de laranja alcança preços de US\$ 1.600,00/tonelada no mercado internacional, devendo garantir boa rentabilidade ao produtor.

COCAMAR prevê safra de laranja 20% maior. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 jan. 2007. p. 24.

COOPERATIVA encerra safra com produção 20% maior de laranja. **Folha de Londrina**, 26 jan. 2007. Economia, p. 4.

Bunge construirá novo moinho em Ponta Grossa

A multinacional Bunge Alimentos investirá R\$ 20 milhões em um novo moinho na unidade de Ponta Grossa, que deverá entrar em funcionamento ainda este ano, gerando aproximadamente 30 novos postos de trabalho.

A localização geográfica de Ponta Grossa é considerada estratégica tanto para o processamento do trigo nacional quanto para o do importado, que chega dos portos de Paranaguá e São Francisco do Sul através de ferrovia.

SILVA, Maria G. Multinacional investe US\$ 20 milhões em novo moinho. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 jan. 2007. p. 19.

Sadia investirá R\$ 200 milhões no Paraná em 2007

A Sadia deverá investir R\$ 200 milhões no estado até o fim de 2007, o que deve totalizar R\$ 430 milhões no biênio 2006/2007. Essas inversões serão utilizadas na reconstrução da unidade de assados, empanados e cozidos em Toledo – danificada em um incêndio em novembro – e na ampliação da estrutura de estocagem

no Porto de Paranaguá, por onde são embarcadas 80% das vendas da empresa para o exterior.

Maior frigorífico do País, a Sadia possui no Paraná cinco unidades de processamento, além de um centro de distribuição na capital.

LIMA, Marli. Sadia investe R\$ 200 milhões no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 fev. 2007. Empresas, p. B14.

Cooperados da Coamo recebem as sobras

A Coamo Agroindustrial, com sede em Campo Mourão, fechou o ano de 2006 com receita global de R\$ 2,66 bilhões. Em volume, foram industrializados 3,69 milhões de toneladas de grãos e fibras. Destas, 1,81 milhão foi exportada, totalizando US\$ 307,48 milhões.

Em fevereiro de 2007 começou a distribuição das sobras aos cooperados. Cerca de 30% do total líquido de R\$ 190,3 milhões foi dividido entre os 19.764 produtores associados nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Ainda está sendo colhida e comercializada a safra 2006/07. São previstas para esta 40 milhões de sacas de soja e 27 milhões de sacas de milho.

ROCHA, Alda do Amaral. Coamo prevê recuperação este ano. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 fev. 2007. Empresas, p. B8.

ROCHER, José. Coamo distribui sobras de R\$ 56,5 mi. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 fev. 2007. p. 25.

INDÚSTRIA

Leão Júnior aproveita bom momento

A Leão Júnior, líder nacional do mercado de chás, fechou 2006 com faturamento de aproximadamente R\$ 160 milhões, cerca de 20% a mais que no ano anterior.

Foram lançados doze novos produtos e se investiu na expansão e treinamento de equipes comerciais. Na campanha de *marketing* para o verão, foram gastos R\$ 2 milhões.

A empresa produz cerca de 32 milhões de litros de chá, detém em torno de 48% do mercado de chás prontos para beber e 63,8% da linha seca. A Leão prevê um crescimento superior a 18% na receita de 2007.

LIMA, Marli. Mate Leão faz embalagem para concorrer com suco. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 dez. 2006. Empresas e Tecnologia, p. B5.

SCHEFFER, Cinthia. Leão prevê faturamento 20% maior em 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 dez. 2006. p. 19.

Bematech cresce com aquisições

Líder latino-americana no segmento de automação comercial, a Bematech, criada em 1990 na incubadora de projetos do Instituto Tecnológico do Paraná (TECPAR), vem consolidando sua posição com novos investimentos.

No final de 2006, a empresa inaugurou uma nova fábrica, abriu um escritório em Berlim e adquiriu uma companhia de *software*, além de 51% da participação acionária de uma prestadora de serviços.

A nova planta fabril, que consumiu R\$ 2,5 milhões, ocupa uma área de 2 mil metros quadrados em São José dos Pinhais, praticamente o dobro da antiga unidade localizada na capital. Com isso, a capacidade produtiva teve um incremento de 43%.

Já as aquisições, que não tiveram os valores divulgados, aumentaram o quadro funcional da empresa de 350 para cerca de mil pessoas. O faturamento em 2007 poderá atingir R\$ 300 milhões, o que representaria um acréscimo de 71%.

BEMATECH se instala em São José dos Pinhais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 dez. 2006. p. 23.

LIMA, Marli. Bematech reforça portfólio para abertura de capital. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 dez. 2006. Empresas, p. B2.

Marcopolo investe R\$ 12 milhões na MVC

Com investimentos de aproximadamente R\$ 12 milhões em sua divisão de componentes plásticos (MVC), a Marcopolo ampliará sua produção de casas completas de plástico na fábrica de São José dos Pinhais.

O tempo de produção estimado de cada unidade é de cerca de duas semanas e consiste na montagem de estruturas de metal revestidos com painéis termo-plásticos antichamas. O produto deve custar R\$ 45 mil no Brasil e pretende atingir o mercado de baixa renda.

Desde 2005 foram produzidos 23 mil metros quadrados em casas de plástico pela MVC, parte exportada experimentalmente para Angola, Venezuela e países caribenhos. Presentemente, inicia-se a comercialização para novos mercados africanos e asiáticos mediante um acordo com a Construtora Chap-Chap.

BOECHAT, Yan. Marcopolo diversifica com casas de plástico. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 dez. 2006. Empresas, p. B8.

Positivo Informática estréia na BOVESPA e fabrica *laptop* da Intel

A curitibana Positivo Informática, pertencente ao Grupo Positivo, conseguiu captar R\$ 567,4 milhões por meio da sua oferta inicial de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

A empresa, em parceria com a CCE, irá fabricar o Classmate PC, *laptop* de baixo custo desenvolvido pela Intel (maior fabricante de semicondutores no mundo). A previsão de lançamento do produto é para o primeiro trimestre de 2007, devendo custar em torno de US\$ 400. Tanto o *laptop* da Intel quanto os concorrentes serão oferecidos apenas para o mercado educacional.

O Grupo Positivo, que tem mais de 30 anos, atua nas áreas de educação, informática, gráfica e editorial. A divisão de informática, que tem fábrica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), fechou 2005 como líder do setor no Brasil, à frente de empresas multinacionais, como HP e Dell.

AÇÕES da Positivo atraem interesse além do previsto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 dez. 2006. p. 22.

BERTOLDI, Andréa. Mais uma empresa do PR estréia na BOVESPA. **Folha de Londrina**, 12 dez. 2006. Economia, p. 1.

CRUZ, Renato. Positivo e CCE vão fabricar *laptop* de baixo custo da Intel. **O Estado de S. Paulo**, 6 dez. 2006. Economia, p. B14.

GRUPO Positivo estréia na Bolsa. **O Estado de S. Paulo**, 9 dez. 2006. Economia, p. B17.

Norte Pioneiro recebe US\$ 210 milhões em investimentos

A fabricante de papel-imprensa Norske Skog investirá US\$ 210 milhões em Jaguariá. A única unidade da norueguesa no Brasil duplicará sua linha de montagem ao trazer uma máquina de uma planta fechada no seu país de origem para modernizar a produção. Um novo prédio deve ser construído, e os programas locais de preservação ambiental devem ser expandidos.

A empresa, que fornece cerca de 13% de todo o papel jornal do mundo, pretende ampliar sua capacidade de produção na unidade brasileira de 185 mil para 385 mil toneladas e criar cem novas vagas de trabalho.

CHADE, Jamil. Norueguesa Norske Skog vai duplicar produção de papel jornal no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, 8 dez. 2006. Economia, p. B19.

SCHEFFER, Cinthia. Norske Skog vai dobrar a produção no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 dez. 2006. p. 26.

Renault investe em estamparia

O complexo Ayrton Senna, da Renault, localizado em São José dos Pinhais, recebeu investimentos de 20 milhões de euros para ampliação do setor de estamparia. O setor pretende aumentar sua capacidade diária de produção de 8.086 para 26.858 peças, com a construção de um anexo de 9,5 mil metros quadrados.

A estamparia é responsável pela prensagem de chapas planas que resultam em portas, tetos, capôs e assoalhos.

RENAULT inaugura nova estamparia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 dez. 2006. p. 20.

RENAULT amplia unidade de estamparia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 dez. 2006. p. 25.

Cimentolit investe em Apucarana

A Cimentolit e Comércio Ltda. está investindo R\$ 500 mil na produção de argamassas, que se inicia neste primeiro trimestre na fábrica de Apucarana. Em 2005, o grupo recebeu incentivos do Programa de Desenvolvimento Econômico de Apucarana (PRODEA) para a sua instalação no município.

EMPRESA anuncia produção de argamassas em Apucarana. **Folha de Londrina**, 12 jan. 2007. p. 9.

Ouro Fino investe R\$ 500 mil em água saborizada

A Ouro Fino, detentora de 65% do mercado de água mineral no Estado, acaba de lançar um novo produto, a Ouro Fino Plus – sua aposta no nicho de águas saborizadas. A empresa, que ocupa entre 3% e 4% do mercado nacional de água mineral e tem fábrica instalada em Campo Largo, investiu R\$ 500 mil no projeto. Os aromas e essências são importados da Áustria.

Em 2006, a Ouro Fino começou a visar ao mercado externo, com o envasamento da água Brazilian Springs para os Estados Unidos.

CARNIERI, Helena. Água com sabor é aposta para ganhar público que deixou refrigerante. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jan. 2007. p. 25.

Almirante Tamandaré receberá fábrica de vacinas animais

A Biogenesis do Brasil, empresa de capital argentino, irá se instalar em Almirante Tamandaré (Região Metropolitana de Curitiba) e produzirá vacinas animais.

Prevê-se, inicialmente, investimentos de R\$ 25 milhões e geração de 78 vagas de emprego na região.

BIOGENESIS vai investir R\$ 25 mi em vacinas animais.

Folha de Londrina, 31 jan. 2007. Economia, p. 4.

Klabin vende créditos de carbono

Maior fabricante de papel do País, a Klabin negociou pela primeira vez créditos de carbono na Chicago Climate Exchange (CCX). Foram vendidas 14,5 mil toneladas de CO₂ por pouco mais de US\$ 4/tonelada. Até 2010, a empresa pretende vender entre 300 e 500 mil toneladas do produto.

São esperados ainda ganhos adicionais, em função da utilização de uma nova caldeira na unidade de Telêmaco Borba, movida à biomassa.

VIEIRA, André. Klabin negocia créditos de carbono. **Valor**

Econômico, São Paulo, 7 fev. 2007. Empresas, p. B6.

Dyna abrirá fábrica na RMC

Com investimento inicial de R\$ 1 milhão, a Dyna, fabricante de limpadores de pára-brisas, abrirá uma filial na Região Metropolitana de Curitiba, onde deverão ser produzidas 2 milhões de peças mensalmente a partir de maio.

As montadoras instaladas no Estado e a proximidade do Porto de Paranaguá foram fatores determinantes para a decisão do investimento da empresa, quinta do mundo no segmento. Atualmente, a empresa exporta 30% da sua produção.

DYNA anuncia investimento no Paraná. **O Estado do**

Paraná, Curitiba, 10 fev. 2007. p. 26.

Tecnicare investe R\$ 10 milhões

A fabricante de artigos de higiene Tecnicare está investindo R\$ 10 milhões na modernização de seu maquinário, visando ampliar a faixa de consumidores atendidos, atingindo, além da classe popular, também o público AB.

Localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a Tecnicare, que produz absorventes, fraldas geriátricas e infantis, bem como lenços umedecidos, prevê crescimento de 30% para 2007. Tendo em vista que 90% das fraldas populares fabricadas pela Tecnicare são enviadas para o Nordeste brasileiro, uma parte dos recursos investidos foi aplicada em uma nova fábrica em Salvador, que será inaugurada em março. A empresa, procurando também ampliar seu leque de atuação no mercado, adquiriu metade do capital da Ultronich do Brasil, fabricante de inaladores de ar, podendo ficar com uma fatia de 20% desse segmento.

CARNIERI, Helena. Tecnicare: R\$ 10 milhões para atingir a

classe alta. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 fev. 2007. p. 15.

COMÉRCIO

Motonda investe na capital

O Centro Honda de Curitiba abriu nova loja na capital, que oferecerá, também, serviços de oficina. Foram investidos R\$ 3 milhões no empreendimento, que ocupa uma área de 3,2 mil metros quadrados.

MOTONDA investe R\$ 3 milhões em loja. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 dez. 2006. p. 17.

Londrina recebe grupo Évora

Com investimentos de mais de R\$ 6,5 milhões, o grupo Évora Comercial de Alimentos, de Maringá, planeja inaugurar dois supermercados em Londrina com a bandeira São Francisco. Somadas, as duas lojas terão aproximadamente 3,8 mil metros quadrados.

MAZZINI, Fernanda. Grupo Évora investe R\$ 6,5 mi em Londrina. **Folha de Londrina**, 9 dez. 2006. Economia, p. 1.

FOMENTO

BNDES concede financiamento de R\$ 1,12 bilhão à ALL

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um financiamento de R\$ 1,12 bilhão para a América Latina Logística (ALL). Esses recursos serão utilizados, entre outras finalidades, para melhorias na malha, reformas em vagões e locomotivas, ampliação da capacidade de movimentação e modernização de sistemas operacionais.

ALL vai receber R\$ 1,12 do BNDES para ampliar capacidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 jan. 2007. p. 21.

Shopping Palladium receberá financiamento do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o financiamento de R\$ 46 milhões para a construção do *shopping* Palladium, empreendimento da Melton Administradora de Bens, ligada ao grupo paranaense Tacla.

Atualmente orçado em R\$ 110 milhões, o projeto deve ter área construída de 182 mil metros quadrados, com 356 lojas, uma torre de escritórios e uma tela Imax de projeção de filmes. Totalizarão 1,15 mil vagas de trabalho geradas durante a construção e 6,4 mil vagas após a inauguração. Supõe-se que, ao ser inaugurado em 2008, seja o maior *shopping* do Sul do País.

LIMA, Marli. BNDES financia shopping center no Sul. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 jan. 2007. Empresas, p. B5.

INFRA-ESTRUTURA

Petrobras/Repar inicia projeto de modernização

A Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), da Petrobras, localizada em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), dará início aos quatro primeiros projetos de modernização da unidade. Ao todo, serão 19 projetos a serem executados até 2011, os quais devem gerar 17 mil postos de trabalho temporários.

Com investimento total previsto em US\$ 2,1 bilhões, a REPAR irá receber uma nova caldeira e uma nova unidade de produção de gás propano. A ampliação e modernização da unidade de destilação de petróleo também está prevista. As obras devem ser finalizadas até março de 2008.

A unidade de gás propano, que deverá produzir 150 mil toneladas por ano (mas tem capacidade para 180 mil toneladas), tem início de construção previsto para o segundo semestre de 2007 e funcionamento até dezembro de 2008. Já a modernização da unidade de destilação deverá começar em julho de 2007. Essa obra tem como objetivo primário aumentar em 10% a capacidade da refinaria de processar petróleo, passando de 200 mil para 220 mil barris por dia. Atualmente, 30% do petróleo processado pela REPAR ainda é importado, mais leve e caro que o nacional. É intenção da empresa, com a modernização, passar a utilizar apenas petróleo brasileiro.

Além disso, será instalado um centro de qualificação profissional nas dependências da REPAR, com investimentos previstos de R\$ 6 milhões. O centro terá mil metros quadrados e capacidade para treinar 400 funcionários.

CENTRO de treinamento. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 9 dez. 2006. p. 28.

JASPER, Fernando. Petróleo importado será desnecessário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 dez. 2006. p. 15.

JASPER, Fernando. Petrobrás libera US\$ 400 milhões para primeiras obras na REPAR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 dez. 2006. p. 15.

Construtora paranaense inicia obras no Rio Grande do Sul

A J. Malucelli Construtora de Obras, irá construir três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em quatro municípios do Rio Grande do Sul para o Grupo Brascan.

As obras foram iniciadas no final de novembro de 2006 e devem ser encerradas em março de 2008. As três PCHs, juntas, somam 61,5 mil kW de capacidade instalada.

Esta será a sétima participação da J. Malucelli Construtora de Obras na construção de hidrelétricas.

SANCHOTENE, Marcos. J. Malucelli constrói hidrelétricas no RS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 dez. 2006. p. 22.

Abegoa operará linhas de transmissão no Paraná

A operadora de linhas de transmissão de energia Abegoa, de capital espanhol, obteve o direito de operar 217 km de linhas no

trecho Curitiba–Bateias, em leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), realizado em dezembro de 2006.

Prevê-se investimentos de R\$ 210,4 milhões.

ESPAÑHOLA arremata linhas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 dez. 2006. p. 21.

Portos de Paranaguá e Antonina recebem certificado de segurança

Visando atender às normas internacionais de segurança, os portos de Paranaguá e Antonina investiram R\$ 4 milhões, pagos com recursos próprios, na implantação do plano de segurança ISPS Code, e, assim, receberam uma Declaração de Cumprimento da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.

No Porto de Paranaguá, maior porto graneleiro da América Latina, foram instaladas 69 câmeras de monitoramento, assim como equipamentos para o controle de acesso por identificação biométrica (com leitura da palma das mãos), o que torna o terminal paranaense pioneiro nesse tipo de sistema de segurança. Ademais, foram instaladas balanças rodoviárias nos portões de acesso ao Porto.

LIMA, Marli. Paranaguá e Antonina são primeiros na certificação. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 dez. 2006. Empresas, p. B8.

Porto de Paranaguá receberá terminal de álcool

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) irá investir R\$ 13,7 milhões em um terminal para a movimentação de álcool no Porto de Paranaguá, beneficiando, com isso, as 27 usinas de álcool do estado. A alternativa pública pretende baratear os custos para a exportação e obter uma tarifa mais competitiva.

A obra engloba sete tanques com capacidade para 37 mil metros quadrados, bacias de contenção, plataforma de carregamento, casa de bombas e subestação. O terminal terá uma área de 65 mil metros quadrados e será ligado ao pier da APPA no mesmo porto.

APPA investe R\$ 13,7 mi em terminal de álcool. **Folha de Londrina**, 28 dez. 2006. p. 7.

COPEL arrenda usina de Araucária

A COPEL arrendará à Petrobras a Usina Elétrica a Gás (UEG) de Araucária, em contrato vigente até 31 de dezembro de 2007, podendo ser prorrogado por mais um ano.

A termelétrica será operada pela própria COPEL, que receberá pela energia gerada. A Petrobras pagará ainda valores fixos para a COPEL: R\$ 4,1 milhões mensais para remunerar os investimentos realizados na usina e cerca de R\$ 1,8 milhão por mês destinados à manutenção e ao pagamento de funcionários. O valor total mensal recebido pela empresa poderá atingir R\$ 16,3 milhões.

JASPER, Fernando. Petrobrás pagará aluguel pela UEG mesmo que usina não opere. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jan. 2007. p. 23.

LIMA, Marli. Petrobrás fecha aluguel de térmica de Araucária. **Valor Econômico**, São Paulo, 4 jan. 2007. Empresas, p. B6.

Londrina terá complexo de GNV

Uma parceria entre as empresas Gastech, Petrobras e White Martins fará com que Londrina receba o primeiro complexo de gás natural do Sul do País, viabilizando o fornecimento de Gás Natural Veicular (GNV) a indústrias e veículos.

O Complexo Gastech também contará com uma unidade conversora de veículos para o uso de gás natural. De acordo com o grupo, foram investidos aproximadamente R\$ 20 milhões no projeto.

GARCIA, Janaína. Cidade terá 1.º complexo de Gás Natural do Sul. **Folha de Londrina**, 11 jan. 2007. p. 7.

LONDRINA terá complexo de gás natural. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jan. 2007. p. 21.

Compagas investe na ampliação do abastecimento

A rede de abastecimento de gás natural do Estado deverá receber mais 27 km neste ano. Para isso, a Compagas, empresa responsável pela distribuição no Paraná, investirá aproximadamente R\$ 32 milhões.

As principais cidades contempladas em 2007 são Ponta Grossa e São José dos Pinhais, que terão a rede estendida em 12,42 km e 9,62 km, respectivamente. Atualmente, a rede conta com 458 km, distribuídos entre Curitiba, Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Até 2009, o objetivo da Compagas é ampliar a rede em 97,9 km.

COMPAGAS vai investir mais de R\$ 30 mi no PR. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 19 jan. 2007. p. 26.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 890	22 609	1 628	59 804	173 187	2 896	28 384	579 631	20 421
2007 ⁽¹⁾	12 827	28 111	2 192	56 697	176 109	3 106	27 991	661 401	23 629

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	27 247	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 319	135 104	1 347	432 815	33 915 715	78 361	31 706	102 653	3 238
2007 ⁽¹⁾	99 283	107 668	1 084	524 770	44 313 777	84 444	44 660	156 442	3 503

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2007

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	590 050	818 015	1 386	172 951	3 840 363	22 205	2 413 754	11 239 987	4 657
2007 ⁽¹⁾	556 593	841 948	1 513	177 602	3 803 231	21 414	2 487 580	13 399 933	5 387

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 931 511	9 362 955	2 382	767 566	1 236 294	1 611
2007 ⁽¹⁾	394	1 042	2 643	3 982 129	12 184 289	3 060	968 240	2 414 100	2 493

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2006

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Agosto	162 330	29 511	35 636
1998	854 517	236 358	193 435	Setembro	158 381	27 938	33 496
1999	957 237	198 873	229 466	Outubro	156 713	23 598	29 589
2000	1 041 412	181 113	235 315	Novembro	156 051	23 835	30 444
2001	1 121 828	197 985	263 451	Dezembro	158 021	26 836	30 761
2002	1 235 681	219 350	333 951	2006 ⁽¹⁾	1 391 873	232 636	286 158
2003	1 344 398	219 774	359 139	Janeiro	159 589	21 644	30 330
2004	1 557 747	276 806	340 568	Fevereiro	146 023	22 502	28 110
2005	1 788 481	308 947	367 765	Março	162 965	25 587	28 167
Janeiro	138 408	18 246	27 016	Abril	137 718	24 256	27 353
Fevereiro	128 063	19 364	25 759	Maiο	153 136	31 044	35 409
Março	141 733	26 502	28 752	Junho	151 216	28 283	32 006
Abril	135 603	29 261	28 540	Julho	156 148	23 409	35 519
Maiο	145 529	28 822	31 875	Agosto	167 791	27 108	36 645
Junho	151 796	27 435	32 579	Setembro	157 287	28 803	32 619
Julho	155 851	27 600	33 409				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-2007

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2005	811	6 444
1977	1 356	8 826	Janeiro	60	246
1978	1 614	9 636	Fevereiro	118	627
1979	1 635	12 575	Março	90	738
1980	1 936	13 482	Abril	34	749
1981	1 954	14 105	Maiο	19	686
1982	1 179	6 606	Junho	25	910
1983	1 079	3 345	Julho	53	551
1984	1 748	7 921	Agosto	54	635
1985	2 167	9 728	Setembro	69	432
1986	2 029	10 588	Outubro	100	258
1987	2 121	9 479	Novembro	64	303
1988	1 567	8 847	Dezembro	125	310
1989	1 386	6 189	2006	545	7 648
1990	885	4 111	Janeiro	62	450
1991	584	2 677	Fevereiro	82	484
1992	593	2 893	Março	67	633
1993	1 038	4 475	Abril	48	579
1994	1 707	9 011	Maiο	44	849
1995	859	5 095	Junho	15	822
1996	897	4 180	Julho	-	897
1997	1 296	6 062	Agosto	24	582
1998	1 380	6 025	Setembro	46	657
1999	1 351	4 854	Outubro	50	671
2000	1 692	6 251	Novembro	56	551
2001	2 046	8 307	Dezembro	51	473
2002	2 448	9 752	2007	78	403
2003	3 112	10 449	Janeiro	78	403
2004	3 147	10 619			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2006

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006 ⁽¹⁾	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2005-2006

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL		
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)
	2005	2006		2005	2006	
Exportação	10 022 668 933	10 001 941 223	-0,2	118 308 387 113	137 469 700 421	16,2
União Européia	3 118 383 337	2 982 919 264	-4,3	26 492 519 238	30 373 023 712	14,6
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 320 186 770	-7,2	18 552 197 089	20 792 729 949	12,1
Mercosul	946 408 327	1 261 698 747	33,3	11 726 093 723	13 950 426 317	19,0
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 255 989 679	1 218 390 239	-3,0	22 741 381 375	24 679 041 793	8,5
Aladi (exclusive Mercosul)	1 127 158 279	1 033 400 073	-8,3	13 702 190 590	17 431 581 054	27,2
Oriente Médio	636 604 302	811 978 579	27,5	4 286 140 965	5 745 275 369	34,0
África (exclusive Oriente Médio)	395 414 399	496 229 496	25,5	5 977 269 239	7 448 581 743	24,6
Outros	1 119 406 014	877 136 049	-21,6	14 830 594 894	17 049 040 484	15,0
Importação	4 527 221 972	5 977 952 974	32,0	73 605 508 858	91 383 878 181	24,2
União Européia	1 762 027 527	1 770 208 128	0,5	18 145 598 669	20 125 607 295	10,9
África (exclusive Oriente Médio)	625 640 601	1 229 935 776	96,6	6 661 978 129	8 088 572 006	21,4
Ásia (exclusive Oriente Médio)	546 762 798	831 369 348	52,1	16 870 088 655	22 886 357 634	35,7
Mercosul	561 366 680	756 177 796	34,7	7 053 699 522	8 967 789 544	27,1
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	470 315 971	523 376 138	11,3	12 852 734 192	14 850 531 742	15,5
Aladi (exclusive Mercosul)	191 671 436	315 035 186	64,4	4 562 816 436	7 345 732 353	61,0
Oriente Médio	297 895 452	118 432 981	-60,2	2 509 617 837	3 160 242 433	25,9
Outros	71 539 502	433 415 615	505,8	4 948 975 418	5 959 045 174	20,4

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-DEZ 2005		JAN-DEZ 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	2 494 883 240	24,89	2 104 835 162	21,04	-15,63
Automóveis	1 093 362 884	10,91	734 774 837	7,35	-32,80
Motores para veículos	546 842 475	5,46	621 541 296	6,21	13,66
Tratores	199 216 867	1,99	220 352 563	2,20	10,61
Autopeças	134 078 330	1,34	215 363 039	2,15	60,62
Veículos de carga	204 843 051	2,04	149 893 000	1,50	-26,83
Ônibus	268 242 734	2,68	85 257 421	0,85	-68,22
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	40 520 321	0,40	58 165 382	0,58	43,55
Helicópteros	2 739 719	0,03	5 140 522	0,05	87,63
Reboques para transporte de mercadorias	891 695	0,01	1 849 361	0,02	107,40
Pneumáticos e câmaras de ar	621 605	0,01	533 460	0,01	-14,18
Trens e materiais para vias férreas	73 615	0,00	44 652	0,00	-39,34
Partes e peças de aviões e helicópteros	4 250	0,00	16 135	0,00	279,65
Motocicletas	-	-	14 893	0,00	-
Motores e turbinas para aviação	161	0,00	-	-	-100,00
Demais materiais de transporte	3 445 533	0,03	11 888 601	0,12	245,04
Complexo soja	2 297 124 676	22,92	1 976 176 842	19,76	-13,97
Farelo de soja	882 083 698	8,80	795 588 665	7,95	-9,81
Soja em grão	947 843 201	9,46	659 937 130	6,60	-30,37
Óleo de soja bruto	343 189 937	3,42	348 525 232	3,48	1,55
Óleo de soja refinado	124 007 840	1,24	171 556 872	1,72	38,34
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	-	-	568 943	0,01	-
Madeiras e manufaturas de madeira	1 103 257 452	11,01	1 058 138 711	10,58	-4,09
Madeira compensada ou contraplacada	493 197 889	4,92	380 046 734	3,80	-22,94
Madeira serrada	222 222 847	2,22	187 368 356	1,87	-15,68
Obras de marcenaria ou de carpintaria	114 082 698	1,14	145 045 529	1,45	27,14
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	68 078 126	0,68	68 154 639	0,68	0,11
Madeira laminada	23 260 990	0,23	25 865 862	0,26	11,20
Demais madeiras e manufaturas de madeira	182 414 902	1,82	251 657 591	2,52	37,96
Carnes	1 301 221 695	12,98	980 427 519	9,80	-24,65
Carne de frango "in natura"	938 653 863	9,37	822 946 829	8,23	-12,33
Carne de frango industrializada	14 949 700	0,15	44 422 031	0,44	197,14
Carne suína "in natura"	182 467 193	1,82	39 836 565	0,40	-78,17
Carne de peru "in natura"	62 122 070	0,62	21 113 542	0,21	-66,01
Carne bovina "in natura"	77 269 606	0,77	12 827 398	0,13	-83,40
Carne bovina industrializada	925 285	0,01	1 333 139	0,01	44,08
Demais carnes	24 833 978	0,25	37 948 015	0,38	52,81
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	547 723 809	5,46	565 823 640	5,66	3,30
Compressores e bombas	213 543 656	2,13	176 681 287	1,77	-17,26
Refrigeradores e congeladores	59 775 220	0,60	64 436 690	0,64	7,80
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	72 173 427	0,72	57 814 459	0,58	-19,90
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	26 522 605	0,26	35 630 724	0,36	34,34
Rolamentos e engrenagens	27 728 121	0,28	27 103 000	0,27	-2,25
Torneiras e válvulas	12 153 435	0,12	20 381 612	0,20	67,70
Aparelhos de ar-condicionado	10 568 200	0,11	10 586 940	0,11	0,18
Aparelhos para filtrar ou depurar	2 454 736	0,02	4 675 799	0,05	90,48
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	1 044 009	0,01	2 661 099	0,03	154,89
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	4 427 151	0,04	2 603 898	0,03	-41,18
Computadores e acessórios	1 066 437	0,01	2 454 088	0,02	130,12
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	423 208	0,00	542 494	0,01	28,19
Laminadores de metais	13 805	0,00	23 625	0,00	71,13
Máquinas de costura	4 460	0,00	6 750	0,00	51,35
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	41 530	0,00	3 509	0,00	-91,55
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	115 783 809	1,16	160 217 666	1,60	38,38

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2005-2006

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-DEZ 2005		JAN-DEZ 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Açúcar	242 740 842	2,42	436 465 751	4,36	79,81
Açúcar bruto	222 701 562	2,22	408 228 654	4,08	83,31
Açúcar refinado	20 039 280	0,20	28 237 097	0,28	40,91
Cereais	77 917 048	0,78	398 930 077	3,99	411,99
Papel e celulose	251 285 187	2,51	295 984 966	2,96	17,79
Papel	250 886 209	2,50	295 042 046	2,95	17,60
Celulose	398 978	0,00	942 920	0,01	136,33
Produtos químicos	243 802 023	2,43	295 163 982	2,95	21,07
Produtos químicos orgânicos	56 184 861	0,56	68 613 571	0,69	22,12
Adubos e fertilizantes	52 405 958	0,52	61 692 700	0,62	17,72
Plásticos e suas obras	50 598 546	0,50	60 670 447	0,61	19,91
Produtos químicos inorgânicos	13 536 737	0,14	16 369 184	0,16	20,92
Óleos essenciais e resinóides	9 020 728	0,09	11 720 857	0,12	29,93
Extratos tanantes e tintoriais	2 044 563	0,02	2 903 290	0,03	42,00
Produtos farmacêuticos	1 707 903	0,02	2 355 827	0,02	37,94
Demais produtos químicos	58 302 727	0,58	70 838 106	0,71	21,50
Derivados de petróleo	172 349 583	1,72	290 739 793	2,91	68,69
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	130 564 209	1,30	178 924 837	1,79	37,04
Óleos e combustíveis	20 224 251	0,20	71 491 881	0,71	253,50
Gasolina	16 916 180	0,17	32 434 172	0,32	91,73
Óleos lubrificantes	2 130 669	0,02	2 270 498	0,02	6,56
Demais derivados de petróleo	2 514 274	0,03	5 618 405	0,06	123,46
Café	224 909 936	2,24	245 898 566	2,46	9,33
Café solúvel	158 874 253	1,59	160 826 078	1,61	1,23
Café cru em grão	66 035 683	0,66	85 072 488	0,85	28,83
Materiais elétricos e eletrônicos	191 200 119	1,91	200 617 618	2,01	4,93
Aparelhos elétricos para telefonia	96 170 022	0,96	73 249 142	0,73	-23,83
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	41 905 009	0,42	54 516 424	0,55	30,10
Aparelhos transmissores e receptores	14 827 752	0,15	22 580 131	0,23	52,28
Geradores e transformadores, elétricos	7 745 719	0,08	11 432 530	0,11	47,60
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	5 809 391	0,06	6 535 585	0,07	12,50
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	5 989 934	0,06	6 257 053	0,06	4,46
Demais materiais elétricos e eletrônicos	18 752 292	0,19	26 046 753	0,26	38,90
Outros grupos de produtos	874 253 323	8,72	1 152 738 596	11,53	31,85
TOTAL	10 022 668 933	100,00	10 001 941 223	100,00	-0,21

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-DEZ 2005		JAN-DEZ 2006		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	584 873 801	12,92	1 371 054 408	22,94	134,42
Óleos brutos de petróleo	574 309 386	12,69	1 313 192 099	21,97	128,66
Óleos e combustíveis	-	-	34 982 291	0,59	-
Óleos lubrificantes	350 128	0,01	151 670	0,00	-56,68
Gasolina	2 664	0,00	3 646	0,00	36,86
Demais derivados de petróleo	10 211 623	0,23	22 724 702	0,38	122,54
Produtos químicos	924 581 520	20,42	1 138 081 792	19,04	23,09
Adubos e fertilizantes	354 745 993	7,84	417 372 643	6,98	17,65
Produtos químicos orgânicos	230 062 695	5,08	339 122 493	5,67	47,40
Plásticos e suas obras	145 915 264	3,22	170 139 639	2,85	16,60
Produtos farmacêuticos	46 078 616	1,02	57 193 547	0,96	24,12
Extratos tanantes e tintoriais	18 077 569	0,40	23 660 245	0,40	30,88
Produtos químicos inorgânicos	20 814 510	0,46	21 753 525	0,36	4,51
Produtos para fotografia	4 562 806	0,10	6 390 016	0,11	40,05
Óleos essenciais e resinóides	5 333 654	0,12	4 009 014	0,07	-24,84
Demais produtos químicos	98 990 413	2,19	98 440 670	1,65	-0,56
Material de transporte e componentes	876 885 271	19,37	1 104 693 549	18,48	25,98
Autopeças	477 183 791	10,54	441 427 832	7,38	-7,49
Automóveis	43 963 226	0,97	337 568 905	5,65	667,84
Motores para veículos	268 445 059	5,93	222 459 669	3,72	-17,13
Pneumáticos e câmaras de ar	36 488 994	0,81	39 168 569	0,66	7,34
Helicópteros	17 245 831	0,38	17 877 533	0,30	3,66
Veículos de carga	5 261 854	0,12	6 276 587	0,10	19,28
Trens e materiais para vias férreas	184 693	0,00	5 618 610	0,09	2 942,13
Tratores	3 180 993	0,07	4 484 036	0,08	40,96
Aviões	62 519	0,00	971 237	0,02	1 453,51
Motores e turbinas para aviação	996 906	0,02	845 140	0,01	-15,22
Partes e peças de aviões e helicópteros	662 786	0,01	739 993	0,01	11,65
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	311 942	0,01	610 120	0,01	95,59
Motocicletas	91 778	0,00	492 648	0,01	436,78
Reboques para transporte de mercadorias	-	-	4 302	0,00	-
Demais materiais de transporte	22 804 899	0,50	26 148 368	0,44	14,66
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	658 231 637	14,54	689 546 817	11,53	4,76
Compressores e bombas	148 607 181	3,28	132 882 471	2,22	-10,58
Computadores e acessórios	57 556 697	1,27	113 282 987	1,90	96,82
Rolamentos e engrenagens	86 431 989	1,91	78 725 448	1,32	-8,92
Torneiras e válvulas	36 886 713	0,81	37 332 676	0,62	1,21
Refrigeradores e congeladores	18 761 191	0,41	21 467 532	0,36	14,43
Aparelhos para filtrar ou depurar	23 533 610	0,52	19 494 347	0,33	-17,16
Aparelhos de ar-condicionado	30 662 706	0,68	17 947 442	0,30	-41,47
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	11 316 825	0,25	17 336 141	0,29	53,19
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	14 323 108	0,32	12 439 970	0,21	-13,15
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	10 404 038	0,23	9 341 429	0,16	-10,21
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	5 237 434	0,12	6 621 964	0,11	26,44
Máquinas de costura	750 607	0,02	1 444 069	0,02	92,39
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	1 414 149	0,03	1 141 805	0,02	-19,26
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	1 760 398	0,04	1 021 010	0,02	-42,00
Laminadores de metais	100 043	0,00	316 142	0,01	216,01
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	210 484 948	4,65	218 751 384	3,66	3,93

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-DEZEMBRO 2005-2006

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-DEZ 2005		JAN-DEZ 2006		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
	Matérias elétricas e eletrônicas	440 507 470	9,73	475 260 369	7,95
Aparelhos elétricos para telefonia	53 950 542	1,19	51 150 393	0,86	-5,19
Geradores e transformadores, elétricos	46 532 870	1,03	50 017 141	0,84	7,49
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	49 498 574	1,09	48 922 844	0,82	-1,16
Aparelhos transmissores e receptores	70 513 340	1,56	42 726 494	0,71	-39,41
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	16 164 122	0,36	14 335 455	0,24	-11,31
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 262 306	0,05	5 245 025	0,09	131,84
Demais materiais elétricos e eletrônicos	201 585 716	4,45	262 863 017	4,40	30,40
Produtos metalúrgicos	156 116 000	3,45	219 328 862	3,67	40,49
Produtos laminados planos de ferro ou aço	4 040 204	0,09	22 078 950	0,37	446,48
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	13 140 779	0,29	19 780 638	0,33	50,53
Catodos de cobre	7 334 557	0,16	15 748 373	0,26	114,71
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	6 310 625	0,14	8 709 633	0,15	38,02
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	1 150 332	0,03	2 294 772	0,04	99,49
Ligas de alumínio	4 971 876	0,11	1 010 554	0,02	-79,67
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	1 613 409	0,04	341 153	0,01	-78,86
Demais produtos metalúrgicos	117 554 218	2,60	149 364 789	2,50	27,06
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	144 457 176	3,19	134 348 594	2,25	-7,00
Papel e celulose	102 715 673	2,27	118 389 738	1,98	15,26
Papel	51 394 597	1,14	68 094 956	1,14	32,49
Celulose	51 321 076	1,13	50 294 782	0,84	-2,00
Cereais	65 148 226	1,44	109 619 230	1,83	68,26
Produtos têxteis	46 157 545	1,02	64 052 166	1,07	38,77
Confecções	25 117 088	0,55	31 259 378	0,52	24,45
Fios sintéticos ou artificiais	11 489 275	0,25	18 550 564	0,31	61,46
Tecidos de algodão	93 394	0,00	610 245	0,01	553,41
Fios de seda	-	-	97 828	0,00	-
Fios de algodão	292	0,00	851	0,00	191,44
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	0,00	298	0,00	-77,22
Demais produtos têxteis	9 456 188	0,21	13 533 002	0,23	43,11
Madeiras e manufaturas de madeira	29 785 626	0,66	41 112 043	0,69	38,03
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	18 891 388	0,42	29 603 114	0,50	56,70
Madeira serrada	4 457 531	0,10	3 797 278	0,06	-14,81
Madeira laminada	3 040 270	0,07	2 531 014	0,04	-16,75
Madeira compensada ou contraplacada	105 826	0,00	177 827	0,00	68,04
Obras de marcenaria ou de carpintaria	124 603	0,00	73 342	0,00	-41,14
Demais madeiras e manufaturas de madeira	3 166 008	0,07	4 929 468	0,08	55,70
Outros grupos de produtos	497 762 027	10,99	512 450 527	8,57	2,95
TOTAL	4 527 221 972	100,00	5 977 938 095	100,00	32,04

FONTE: MDIC - SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2007

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 156	5 257 411	2 186 744
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 978 790	2 777 498
Março	858 948	428 177	430 770	9 250 721	5 909 056	3 341 664
Abril	896 454	372 547	523 908	9 201 549	5 331 755	3 869 794
Maio	902 353	442 957	459 395	9 818 450	6 372 220	3 446 230
Junho	921 094	406 008	515 086	10 206 064	6 173 097	4 032 967
Julho	937 866	336 049	601 816	11 061 348	6 056 796	5 004 552
Agosto	965 292	386 070	579 222	11 346 320	7 695 651	3 650 670
Setembro	824 736	343 792	480 943	10 634 464	6 315 158	4 319 305
Outubro	842 104	305 858	536 246	9 903 278	6 227 170	3 676 109
Novembro	914 250	395 739	518 511	10 789 757	6 715 369	4 074 389
Dezembro	821 284	351 703	469 580	10 895 992	6 565 426	4 330 565
2006 ⁽¹⁾	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 450 579	2 820 127
Fevereiro	628 929	348 836	280 093	8 750 217	5 950 613	2 799 603
Março	857 017	562 085	294 932	11 366 397	7 732 025	3 634 371
Abril	784 114	371 940	412 174	9 803 478	6 731 688	3 071 789
Maio	699 260	302 104	397 156	10 274 815	7 280 810	2 994 005
Junho	721 879	323 658	398 220	11 434 687	7 370 655	4 064 032
Julho	1 120 130	642 524	477 606	13 621 551	7 990 400	5 631 150
Agosto	1 114 474	847 146	267 328	13 641 816	9 120 714	4 521 102
Setembro	854 701	451 842	402 859	12 547 906	8 118 937	4 428 969
Outubro	863 970	613 480	250 489	12 658 762	8 774 530	3 914 232
Novembro	817 786	632 830	184 956	11 865 698	8 673 177	3 192 521
Dezembro	931 856	484 154	447 702	12 233 668	7 219 749	5 013 919
2007 ⁽¹⁾	658 351	474 080	184 271	10 960 826	8 469 586	2 491 240
Janeiro	658 351	474 080	184 271	10 960 826	8 469 586	2 491 240

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2007

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Novembro	0,32
2000	6,23	Dezembro	0,33
2001	5,90	2006	4,82
2002	12,02	Janeiro	1,21
2003	6,46	Fevereiro	0,15
2004	10,40	Março	0,53
2005	4,05	Abril	0,76
Janeiro	0,52	Maio	0,30
Fevereiro	0,02	Junho	-0,06
Março	0,66	Julho	0,12
Abril	1,14	Agosto	-0,23
Maio	0,38	Setembro	0,02
Junho	-0,82	Outubro	0,92
Julho	0,74	Novembro	0,68
Agosto	0,08	Dezembro	0,30
Setembro	0,23	2007	0,16
Outubro	0,41	Janeiro	0,16

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2007

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Mai	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	3,14	3,79	3,83	4,29	5,04
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Mai	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	0,05	0,41	0,37	0,53	0,24
Setembro	0,21	0,24	0,29	0,28	0,11
Outubro	0,33	0,81	0,47	1,16	0,21
Novembro	0,31	0,57	0,75	0,75	0,23
Dezembro	0,48	0,26	0,32	0,11	0,36
2007	0,44	0,43	0,77	0,32	0,45
Janeiro	0,44	0,43	0,50	0,32	0,45
Fevereiro	0,27

FONTES: IBGE, FGV

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35
2006	4 825 757	2 637 502	1,83	6 021 426	56 686	106,22	3 406 894	278 963	12,21	1 431 185	328 469	4,36
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34
Agosto	400 899	2 610 174	0,15	520 783	54 968	9,47	285 842	276 016	1,04	111 427	326 246	0,34
Setembro	396 383	2 618 166	0,15	505 983	55 274	9,15	273 776	276 700	0,99	113 815	326 789	0,35
Outubro	402 599	2 624 714	0,15	507 650	55 677	9,12	276 919	277 539	1,00	111 603	327 447	0,34
Novembro	424 608	2 631 833	0,16	521 583	56 268	9,27	297 881	278 330	1,07	119 962	327 780	0,37
Dezembro	414 980	2 637 502	0,16	490 063	56 686	8,65	302 247	278 963	1,08	122 875	328 469	0,37

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Mai	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44
2006	716 112	7 882	90,85	573 640	3 855	148,80	23 695	582	40,71	16 998 709	3 313 939	5,13
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42
Agosto	59 738	7 513	7,95	46 158	3 766	12,26	1 971	584	3,38	1 426 818	3 279 267	0,44
Setembro	59 929	7 611	7,87	45 330	3 783	11,98	1 978	584	3,39	1 397 194	3 288 907	0,42
Outubro	59 897	7 645	7,87	44 591	3 798	11,74	2 015	585	3,44	1 405 274	3 297 405	0,43
Novembro	59 821	7 808	7,66	48 239	3 814	12,65	1 919	582	3,30	1 474 013	3 306 415	0,45
Dezembro	60 123	7 882	7,63	47 926	3 855	12,43	1 979	582	3,40	1 440 193	3 313 939	0,43

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 2000-2006

PERÍODO	VENDAS (m³)				
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP	Álcool Hidratado
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922	445 214
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977	430 828
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611	370 418
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226	377 078
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619	538 763
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119	516 442
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485	40 978
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600	37 994
Março	14 463	137 161	358 729	63 623	41 526
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316	37 874
Maiο	13 515	133 295	289 173	68 231	40 906
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432	44 140
Julho	13 885	143 499	295 441	72 887	42 895
Agosto	14 652	161 808	328 343	75 267	44 511
Setembro	14 330	142 307	297 227	72 457	46 642
Outubro	13 976	129 715	287 898	68 103	41 198
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027	43 992
Dezembro	13 628	158 187	266 117	67 691	53 784
2006	151 291	1 645 714	3 390 269	814 109	520 581
Janeiro	12 218	132 397	246 277	59 302	39 473
Fevereiro	11 709	131 399	271 674	57 334	39 442
Março	15 368	141 531	345 288	69 761	34 311
Abril	12 510	135 684	287 508	63 507	30 647
Maiο	14 842	137 113	282 046	76 777	36 117
Junho	11 414	130 726	281 086	70 722	39 022
Julho	12 615	130 068	295 239	71 092	44 632
Agosto	12 049	140 253	307 627	73 351	45 096
Setembro	13 949	137 611	285 341	69 880	49 015
Outubro	12 875	138 167	291 125	68 434	49 152
Novembro	11 634	134 883	263 345	67 779	52 557
Dezembro	10 108	155 881	233 705	66 170	61 118

FORTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2006

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08	115,18	108,52	103,50	100,76	100,71
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26	105,52	96,10	95,99	104,85
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47	104,72	95,06	94,95	103,74
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95	119,34	99,78	103,18	96,61
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6	144,52	142,93	144,46	134,52	147,86
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86	116,44	121,33	111,85	117,16
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58	77,28	99,53	75,43	68,81
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01	163,72	196,92	172,72	204,58
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4	124,71	122,90	123,69	115,10	130,92
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71	112,53	105,64	103,22	109,56

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)															
	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06	jul/06	ago/06	set/06	out/06	nov/06	dez/06	
Combustíveis e lubrificantes	100,19	101,07	84,97	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,43	82,91	89,81	88,4	87,1	83,63	83,95	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	97,92	131,77	109,97	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69	109,29	107,27	112,57	112,83	110,6	140,27	
Hipermercados e supermercados	96,67	130,49	108,97	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76	108,27	106,16	111,6	111,75	109,55	139,01	
Tecidos, vestuário e calçados	100,64	197,05	106,77	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	98,38	101,73	101,76	96,66	93,76	101,24	195,23	
Móveis e eletrodomésticos	146,96	237,52	159,07	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91	148,51	159,1	155,57	159,43	158,54	241,16	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	119,60	144,97	124,58	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,82	119,7	129,42	124,38	125,37	122,04	150,2	
Livros, jornais, revistas e papelaria	64,26	106,94	80,10	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,62	77,46	98,72	61,98	58,05	51,71	81,53	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	182,97	239,43	263,35	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	299,45	240,69	309,08	269,1	277,95	278,5	393,73	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	131,47	236,49	151,91	116,31	113,6	133,43	157,15	151,3	134,76	136	150,83	134,74	156,17	161,75	276,83	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	106,15	149,50	113,38	101,31	98,04	110,11	111,96	114,3	108,63	110,06	112,87	113,04	113,97	112,87	153,44	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006					
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	109,2	105,4	118,9	114,6	121,4	120,3
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	88,9	81,7	100,0	107,3	118,1	116,3
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	100,5	103,5	113,6	108,0	91,4	88,8
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	124,0	108,0	137,1	123,0	121,2	123,7
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	142,7	100,8	103,6	106,9	109,5	118,5	113,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	256,5	177,7	181,0	128,1	183,3	172,4
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	90,4	70,5	89,7	95,0	100,3	101,1
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	59,3	71,5	65,0	44,6	57,2	55,2
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	80,7	87,7	92,2	93,6	100,3	98,8
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	87,6	90,4	99,6	95,7	95,0	95,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	92,9	93,5	105,2	107,5	104,3	101,3
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	128,6	153,8	145,8	122,0	134,0	112,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	94,6	103,5	107,4	94,4	107,2	106,3
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	177,2	190,8	228,4	230,6	215,3	239,6
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	78,2	76,7	95,4	89,9	93,6	86,4

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																			
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022				
Indústria de transformação	116,7	129,0	130,1	123,8	114,4	110,6	116,0	102,3	97,6	115,3	107,4	122,6	118,9	115,4	128,2	119,9	127,2	123,7	123,7	113,6
Alimentos	119,0	125,2	115,4	103,5	101,1	96,3	112,2	88,1	81,2	104,8	103,9	125,5	127,1	130,9	137,1	118,8	125,2	104,4	104,4	100,0
Bebidas	72,1	101,8	104,9	109,3	120,8	157,2	121,2	124,7	118,1	124,1	109,4	100,6	96,8	95,7	125,9	109,6	135,7	150,7	162,6	162,6
Madeira	111,5	113,9	115,9	102,9	112,9	97,0	101,2	111,9	102,0	111,1	111,0	104,4	104,2	97,2	96,1	98,8	94,9	95,2	87,1	87,1
Celulose, papel e produtos de papel	116,3	114,6	113,0	115,7	118,5	121,7	114,8	116,8	105,9	120,8	114,6	117,3	97,3	118,0	119,3	115,8	116,9	119,2	116,1	116,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	141,9	210,4	216,5	199,6	182,9	227,6	211,0	203,7	113,7	154,5	161,9	200,1	209,9	163,1	168,4	258,3	268,1	327,4	303,6	303,6
Refino de petróleo e álcool	102,8	115,1	103,1	106,1	88,4	91,4	97,3	91,1	87,0	83,0	88,0	106,6	104,3	111,5	109,1	98,0	101,6	95,5	91,9	91,9
Outros produtos químicos	80,0	115,8	121,3	127,0	73,3	46,2	74,4	53,7	66,8	53,4	47,2	47,3	52,5	66,6	118,2	121,8	128,6	77,0	59,5	59,5
Borracha e plástico	95,1	99,5	96,3	102,7	105,5	101,0	108,8	104,1	100,7	112,1	96,8	115,0	103,6	106,0	118,8	114,0	119,6	114,4	100,9	100,9
Minerais não metálicos	97,7	96,2	92,7	91,3	95,6	97,1	90,0	89,1	78,9	93,1	81,1	95,9	94,5	86,1	95,5	90,1	92,7	91,5	92,2	92,2
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	100,1	109,6	103,9	101,4	108,7	90,2	102,4	90,6	100,7	122,5	92,7	101,3	103,3	99,6	105,3	95,8	105,5	111,2	101,1	101,1
Máquinas e equipamentos	102,6	109,1	112,3	119,5	113,5	119,5	121,8	122,0	108,4	123,6	113,1	126,9	125,0	111,8	125,5	131,2	115,5	136,6	121,8	121,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	114,7	112,5	136,8	123,7	131,3	141,8	115,8	112,0	107,3	130,3	102,4	123,8	114,0	115,4	110,9	112,8	120,2	123,1	117,9	117,9
Veículos automotores	207,7	227,0	270,6	234,1	189,8	158,5	170,3	117,5	159,9	217,8	181,3	207,9	190,9	147,7	191,6	132,2	174,4	176,7	145,1	145,1
Mobiliário	82,7	87,7	84,1	87,9	97,3	98,7	89,9	75,1	68,7	85,4	74,7	89,6	76,7	81,7	101,5	94,4	105,9	123,2	102,4	102,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

Nota: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2006

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	2001	2002	2003	2004	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Set/05	Out/05
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	108,3	108,4	108,9	109,6	110,9	109,5	108,4	108,1	107,9	107,0
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	78,4	76,0	77,5	76,8	76,2	73,8	73,3	71,4	74,0	73,7
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	108,7	108,8	109,3	110,0	111,3	110,0	108,9	108,5	108,3	107,5
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	138,4	139,4	139,8	143,4	145,1	146,6	146,9	148,5	149,2	149,5
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	111,3	214,2	333,0	420,1	408,5	91,8	89,9	88,0	88,5	88,5
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	93,1	93,6	93,6	94,2	94,6	93,1	93,1	92,1	92,5	92,7
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	148,1	145,5	143,8	143,1	147,0	148,4	145,4	142,4	140,5	139,1
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	80,8	81,1	82,2	79,2	87,1	91,9	89,8	88,7	89,9	92,1
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	77,4	78,1	77,7	73,8	72,1	67,4	65,0	64,8	63,4	62,4
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	117,1	116,2	116,6	117,8	119,0	117,6	117,3	117,6	118,7	116,2
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	149,1	142,6	152,4	211,1	251,4	250,7	237,8	227,3	219,5	169,5
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	83,7	83,4	83,3	83,4	83,3	82,8	82,1	81,6	83,0	84,0
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	90,1	91,6	91,5	91,1	92,9	93,2	93,9	94,9	94,6	94,6
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	124,0	122,4	121,7	122,4	123,3	120,9	117,1	120,8	118,2	117,6
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	86,2	83,6	83,5	83,0	82,3	81,1	81,7	79,4	80,4	80,5
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	97,6	97,7	98,8	96,0	98,3	97,6	98,8	99,5	102,4	103,8
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	138,6	141,0	141,7	141,2	141,3	142,3	139,9	134,4	132,8	132,3
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	90,6	93,6	94,9	99,0	99,1	97,4	96,9	95,5	96,8	98,4
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	111,4	113,1	113,4	113,5	113,7	113,3	112,8	112,1	111,4	111,2
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	68,5	67,2	69,6	69,4	68,4	64,1	63,7	64,0	64,0	64,2

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)														
	Nov/05	Dez/05	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06
Indústria geral	106,9	104,9	106,0	105,0	105,0	105,3	105,9	106,4	107,2	107,3	106,4	106,6	106,5	106,2	103,9
Indústrias extrativas	72,4	71,1	75,1	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6	75,8	76,0	75,7	75,8	77,3	75,9
Indústria de transformação	107,4	105,4	106,4	105,5	105,4	105,7	106,3	106,8	107,6	107,7	106,8	107,0	106,9	106,5	104,2
Alimentos e bebidas	151,9	151,0	150,0	148,2	149,5	148,6	148,7	149,1	150,9	150,3	148,0	150,1	151,1	151,5	153,6
Fumo	90,8	87,6	173,0	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2	87,1	85,4	87,1	88,0	83,6	82,3
Têxtil	91,2	92,7	98,0	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8	97,6	98,4	98,5	99,2	97,1	92,5
Vestuário	139,6	133,9	130,7	131,5	133,3	132,2	131,0	131,1	132,6	133,9	130,9	129,1	131,3	130,7	120,6
Calçados e couro	93,1	92,0	101,1	90,2	92,0	95,4	97,2	95,4	97,7	106,8	106,5	111,0	110,4	106,3	104,0
Madeira	60,9	59,2	56,5	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1	58,8	56,3	54,5	53,1	51,3	50,5
Papel e gráfica	115,7	114,0	121,5	116,4	116,4	116,9	118,0	121,8	122,2	122,6	123,1	124,6	124,8	126,6	124,8
Refino de petróleo e combustíveis	157,9	148,1	214,1	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5	262,5	263,7	261,7	226,4	207,2	152,5
Produtos químicos	83,4	81,4	92,2	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1	91,4	93,4	97,1	96,8	95,9	95,0
Borracha e plástico	94,5	90,7	91,2	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	88,6	93,1	92,0	92,5	92,3	91,9	90,7
Minerais não-metálicos	116,3	114,3	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9	111,3	113,9	114,3	114,3	115,1	114,9
Metalurgia básica	79,6	75,7	72,5	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,4	72,1	70,6	69,6	68,2	69,6	69,4
Produtos de metal ⁽¹⁾	102,0	100,4	101,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5	102,7	101,2	97,9	98,8	99,2	95,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	131,4	130,0	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5	124,4	125,3	126,2	125,6	126,6	125,4
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	97,8	94,2	94,7	95,8	95,6	94,8	94,3	95,0	93,8	94,1	93,9	94,8	94,1	94,9	94,9
Fabricação de meios de transporte	111,9	112,0	112,2	112,3	112,0	111,2	112,4	112,4	112,5	112,2	112,1	112,1	112,0	112,9	112,1
Fabricação de outros produtos	65,7	64,3	63,5	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7	63,1	63,1	64,1	65,7	66,3	65,6

FONTES: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2007

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Maiο	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Maiο	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999
Agosto	1 896	609	1 677	3 446	-370	-	7 258
Setembro	3 162	856	3 007	3 483	-594	-	9 914
Outubro	2 864	536	3 823	4 145	-195	-	11 173
Novembro	-3 941	97	5 407	3 701	-2 284	-	2 980
Dezembro	-8 382	-1 834	-719	-5 349	-5 551	-	-21 835
2007	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2006

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Mai	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Mai	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Mai	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6
Agosto	7,6
Setembro	7,0
Outubro	6,5
Novembro	5,1
Dezembro	5,5
2006	
Janeiro	7,2
Fevereiro	7,9
Março	8,2
Abril	8,7
Mai	7,6
Junho	6,8
Julho	6,7
Agosto	6,4
Setembro	6,4
Outubro	5,7
Novembro	5,9
Dezembro	5,6

FONTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2006

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Variação Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004	108 699	3,2	1 766 621	4,94
2005 ⁽²⁾	...	0,3	1 937 598	2,28
2006 ⁽²⁾	...	1,4	...	2,9

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.